

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	18
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	33.577
Preferenciais	12.627
Total	46.204
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	893.697	999.195
1.01	Ativo Circulante	5.104	5.122
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31	57
1.01.03	Contas a Receber	337	153
1.01.03.01	Clientes	337	144
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	0	9
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.367	4.547
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.367	4.547
1.01.06.01.01	Créditos de Impostos	4.367	4.547
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	369	365
1.01.08.03	Outros	369	365
1.01.08.03.02	Outros Créditos	369	365
1.02	Ativo Não Circulante	888.593	994.073
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.555	101.950
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27	0
1.02.01.04	Contas a Receber	0	44.532
1.02.01.04.01	Clientes	0	44.532
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	41.528	57.418
1.02.01.10.03	Impostos a recuperar	176	0
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	41.352	57.418
1.02.02	Investimentos	780.010	822.875
1.02.02.01	Participações Societárias	780.010	822.875
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	780.010	822.875
1.02.03	Imobilizado	67.025	69.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67.025	69.245
1.02.03.01.01	Terrenos	10.187	10.187
1.02.03.01.02	Edificações	56.620	58.836
1.02.03.01.03	Máquinas e Equip. Industriais	218	222
1.02.04	Intangível	3	3
1.02.04.01	Intangíveis	3	3
1.02.04.01.05	Ágio s/Investimentos	3	3

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	893.697	999.195
2.01	Passivo Circulante	619.107	637.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.885	9.740
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.028	8.560
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	857	1.180
2.01.02	Fornecedores	20.526	26.188
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.526	26.188
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.982	72.980
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.868	21.005
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	6.868	21.005
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.206	42.307
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.908	9.668
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	321.608	295.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	303.313	278.318
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	303.313	278.318
2.01.04.02	Debêntures	18.295	17.286
2.01.05	Outras Obrigações	225.106	232.494
2.01.05.02	Outros	225.106	232.494
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.317	3.317
2.01.05.02.05	Titulos a Pagar	150.387	133.146
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	71.402	96.031
2.02	Passivo Não Circulante	1.833.651	1.811.637
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	484.305	484.159
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198.313	210.775
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	198.313	210.775
2.02.01.02	Debêntures	285.992	273.384
2.02.02	Outras Obrigações	316.314	443.098
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	126.864	261.578
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	-22.300	4.164
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	161.737	175.025
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-12.573	82.370
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	19
2.02.02.02	Outros	189.450	181.520
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	189.450	181.520
2.02.04	Provisões	1.033.032	884.380
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.233	85.160
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.181	35.520
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.005	22.004
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.047	27.636
2.02.04.02	Outras Provisões	969.799	799.220
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.552	2.303
2.02.04.02.07	Provisão para Passivo a Descoberto	957.247	796.917
2.03	Patrimônio Líquido	-1.559.061	-1.449.448
2.03.01	Capital Social Realizado	571.963	543.687
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.02.07	Gastos c/Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.02.08	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.03	Reservas de Reavaliação	24.158	24.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.563.850	-3.266.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.798	818.845
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	391.526	248.318
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	391.162	231.404
2.03.07.02	Créditos quirografários a converter	364	16.914

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.065	-312.745	13.479	-95.903
3.04.01	Despesas com Vendas	-11	-73	-10	-28
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.651	-26.414	-3.718	-13.355
3.04.02.01	Depreciações e Amortizações	-740	-2.219	-740	-2.220
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.911	-24.195	-2.978	-11.135
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-21	-74	0	-14
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.366	58.122	5.222	9.000
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	28.366	58.122	5.222	9.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.847	-138.721	-1.914	-7.405
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-37.847	-138.551	-1.900	-6.572
3.04.05.03	Prov. Futuras Perdas Operacionais	0	-170	-14	-833
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.229	-205.585	13.899	-84.101
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.065	-312.745	13.479	-95.903
3.06	Resultado Financeiro	-34.198	-60.881	-25.270	-62.454
3.06.01	Receitas Financeiras	871	15.474	0	128
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.069	-76.355	-25.270	-62.582
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-27.133	-373.626	-11.791	-158.357
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-272	504	388	-4.514
3.08.02	Diferido	-272	504	388	-4.514
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-27.405	-373.122	-11.403	-162.871
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-27.405	-373.122	-11.403	-162.871
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-571,61	-8.051,58	-0,2502	-3,64
3.99.01.02	PN	-628,78	-8.856,73	-0,2752	-4,004

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-27.405	-373.122	-11.403	-162.871
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.529	16.953	-84.472	-86.621
4.02.02	Ganhos/Perdas Capital s/Coligadas	0	0	-56	-718
4.02.03	Ajustes de Exercícios anteriores Reflexa	0	0	0	2.080
4.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada	0	0	-84.391	-84.391
4.02.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.529	16.953	-25	-3.592
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.876	-356.169	-95.875	-249.492

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.992	-16.524
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.698	-59.960
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	2.220	2.220
6.01.01.03	Ajuste de Ganhos de debentures	160.161	0
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	205.585	84.101
6.01.01.06	Variações Monetárias e Cambiais	12.889	12.256
6.01.01.09	Lucro Líquido do Exercício	-373.626	-158.537
6.01.01.10	Provisões (reversões)	-21.927	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.690	43.436
6.01.02.01	Clientes	44.339	47
6.01.02.02	Impostos a recuperar	4	3.397
6.01.02.03	Provisão para Contingências	0	-4.838
6.01.02.05	Títulos a receber	9	0
6.01.02.06	Provisão de custos e encargos	10.249	0
6.01.02.07	Outros Créditos	16.062	-6.155
6.01.02.08	Fornecedores	-5.662	-2.710
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-3.855	1.405
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher	-19.068	6.613
6.01.02.11	Adiantamento de Clientes	0	-30
6.01.02.12	Títulos a Pagar	17.241	12.205
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-24.629	33.502
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.529	1.847
6.02.05	Operações de Mútuos c/empresas ligadas	-61.529	1.847
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	41.538	13.642
6.03.02	Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-355	0
6.03.04	Operações de Mútuos com empresas ligadas	0	-1.371
6.03.05	Debêntures	13.617	15.013
6.03.08	Aumento de capital	28.276	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1	-1.035
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57	1.092
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58	57

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.276	0	0	0	143.208	171.484
5.04.01	Aumentos de Capital	28.276	0	0	0	143.208	171.484
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-372.627	16.953	-355.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-373.122	0	-373.122
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17.448	17.448
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	17.448	17.448
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	495	-495	0
5.05.03.02	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	495	-495	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-505	-505
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-505	-505
5.07	Saldos Finais	568.890	0	176.114	-3.630.629	1.251.482	-1.634.143

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.062	0	4.125	0	-5.187	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.062	0	4.125	0	-5.187	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-248.774	-718	-249.492
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-162.871	0	-162.871
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-85.903	-718	-86.621
5.05.02.06	Ajuste patrimonial reflexo de investida	0	0	0	2.080	0	2.080
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada	0	0	0	-87.983	0	-87.983
5.05.02.08	Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	0	0	0	0	-718	-718
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.427	-4.427	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.929	-3.929	0
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	498	-498	0
5.07	Saldos Finais	540.614	0	176.114	-3.188.344	1.092.476	-1.379.140

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	-80.504	2.174
7.01.02	Outras Receitas	-80.430	2.188
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-74	-14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.476	-8.524
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.476	-8.524
7.03	Valor Adicionado Bruto	-100.980	-6.350
7.04	Retenções	-2.219	-2.220
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.219	-2.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-103.199	-8.570
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-190.111	-83.973
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-205.585	-84.101
7.06.02	Receitas Financeiras	15.474	128
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-293.310	-92.543
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-293.310	-92.543
7.08.01	Pessoal	2.841	2.565
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.345	1.265
7.08.01.02	Benefícios	1.226	1.162
7.08.01.03	F.G.T.S.	270	138
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-64	4.514
7.08.02.01	Federais	-64	4.514
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.035	63.249
7.08.03.01	Juros	76.355	62.582
7.08.03.02	Aluguéis	680	667
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-373.122	-162.871
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-373.122	-162.871

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	405.571	932.845
1.01	Ativo Circulante	126.822	96.883
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.258	126
1.01.02	Aplicações Financeiras	124	321
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	124	321
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	124	321
1.01.03	Contas a Receber	2.442	2.869
1.01.03.01	Clientes	2.442	2.860
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.02	Titulos e valores mobiliários	0	9
1.01.04	Estoques	11.662	9.365
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110.336	84.202
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	110.336	84.202
1.01.08.01.02	Créditos de Impostos	69.552	67.549
1.01.08.01.03	Dividendos a Receber	0	14.796
1.01.08.01.04	Outros Créditos	40.784	1.857
1.02	Ativo Não Circulante	278.749	835.962
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.014	218.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	183	0
1.02.01.04	Contas a Receber	0	133.999
1.02.01.04.01	Clientes	0	133.999
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	55.831	84.325
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	365	0
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	55.461	77.086
1.02.01.10.06	Outros créditos	5	6.551
1.02.01.10.08	Titulos e Valores Mobiliários	0	688
1.02.02	Investimentos	95.036	105.243
1.02.02.01	Participações Societárias	51.539	51.294
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	36.801	36.557
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	14.738	14.737
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	43.497	53.949
1.02.03	Imobilizado	116.003	120.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	116.003	120.879
1.02.03.01.01	Terrenos	14.587	14.587
1.02.03.01.02	Edificações e instalações	74.546	77.460
1.02.03.01.03	Equipamentos e máquinas industriais	25.381	27.287
1.02.03.01.04	Informática e móveis de escritório	254	251
1.02.03.01.05	Outras imobilizações	1.235	1.294
1.02.04	Intangível	11.696	391.516
1.02.04.01	Intangíveis	11.696	391.516
1.02.04.01.03	Intangível	11.696	391.516

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	405.571	932.845
2.01	Passivo Circulante	903.784	1.255.766
2.01.02	Fornecedores	45.350	60.231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45.350	60.231
2.01.03	Obrigações Fiscais	174.544	159.932
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.003	67.999
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	98.003	67.999
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	41.244	58.165
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	35.297	33.768
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	334.267	443.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	315.972	426.067
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	315.972	426.067
2.01.04.02	Debêntures	18.295	17.286
2.01.05	Outras Obrigações	349.623	592.250
2.01.05.02	Outros	349.623	592.250
2.01.05.02.04	Salários e Encargos Sociais	104.551	159.209
2.01.05.02.06	Dividendos Propostos	3.317	3.341
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	2.182	58.338
2.01.05.02.08	Titulos a pagar	150.387	133.146
2.01.05.02.09	Outras Contas a pagar	89.186	238.216
2.02	Passivo Não Circulante	1.068.898	1.125.609
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	484.305	484.159
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198.313	210.775
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	198.313	210.775
2.02.01.02	Debêntures	285.992	273.384
2.02.02	Outras Obrigações	403.152	429.728
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	82.842	94.034
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	97.761	8.629
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	-16.795	82.370
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.876	3.035
2.02.02.02	Outros	320.310	335.694
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	303.856	319.302
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	14.960	14.960
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.494	1.432
2.02.04	Provisões	181.441	211.722
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	168.889	209.419
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	53.537	55.876
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	62.514	70.953
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	38.237	69.679
2.02.04.01.06	Provisão para Passivo a Descoberto	14.601	12.911
2.02.04.02	Outras Provisões	12.552	2.303
2.02.04.02.06	Provisão de Custos e Encargos	12.552	2.303
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.567.111	-1.448.530
2.03.01	Capital Social Realizado	563.913	544.605
2.03.01.01	Capital Social	571.963	543.687

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.01.02	Participação dos Minoritários	-8.050	918
2.03.02	Reservas de Capital	181.344	181.344
2.03.02.07	Reserva de Capital	184.417	184.417
2.03.02.08	Gastos com Subscrição de Ações	-3.073	-3.073
2.03.03	Reservas de Reavaliação	24.158	24.663
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.563.850	-3.266.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	835.798	818.845
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	391.526	248.318
2.03.07.01	Debêntures Perpétuas	391.162	231.404
2.03.07.02	Créditos Quirografários a Converter	364	16.914

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.551	3.807	216	2.838
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.566	-5.381	-144	-5.080
3.03	Resultado Bruto	-15	-1.574	72	-2.242
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.206	-273.320	29.414	-51.966
3.04.01	Despesas com Vendas	-549	-1.479	-224	-665
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.433	-48.089	-7.870	-25.711
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-9.018	-43.929	-6.445	-21.367
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-1.415	-4.160	-1.425	-4.344
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-4.825	-5.034	-17	-847
3.04.03.01	Perdas/Reversões no recebimento de créditos com clientes	-4.825	-4.864	-3	-14
3.04.03.02	Provisões de Futuras perdas operacionais	0	-170	-14	-833
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	111.105	503.198	5.452	10.799
3.04.04.02	Outras receitas operacionais	111.105	503.198	5.452	10.799
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-104.632	-718.664	-4.713	-22.145
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-104.632	-718.664	-4.713	-22.145
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.872	-3.252	36.786	-13.397
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.221	-274.894	29.486	-54.208
3.06	Resultado Financeiro	-21.609	-107.983	-41.865	-108.731
3.06.01	Receitas Financeiras	70.698	89.140	167	872
3.06.01.01	Receitas financeiras	70.698	89.140	167	872
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.307	-197.123	-42.032	-109.603
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.830	-382.877	-12.379	-162.939
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83	693	389	-2.957
3.08.02	Diferido	-83	693	389	-2.957
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-32.913	-382.184	-11.990	-165.896
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-32.913	-382.184	-11.990	-165.896
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-27.405	-373.122	-11.403	-162.871

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.508	-9.062	-587	-3.025
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-577,33	-8.051,58	-0,2631	-3,64
3.99.01.02	PN	-635,07	-8.856,73	-0,2894	-4,004

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-27.405	-373.122	-11.403	-162.871
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.318	7.985	-85.051	-89.645
4.02.02	Ganhos/Perdas Capital s/Coligadas	0	0	-48	-717
4.02.05	Participação dos Minoritários	-4.500	-9.062	-587	-3.025
4.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada	10.455	16.953	-84.416	-87.983
4.02.08	Ajuste patrimonial reflexo de investida	-637	94	0	2.080
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-22.087	-365.137	-96.454	-252.516
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.587	-356.075	-95.867	-249.491
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.500	-9.062	-587	-3.025

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-248.601	-17.781
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-155.275	-117.226
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	5.066	4.865
6.01.01.02	Ajuste de Ganhos de debentures	160.161	0
6.01.01.03	Perda na Alienação de imob/Investimentos	0	2.192
6.01.01.05	Equivalencia Patrimonial	3.252	13.397
6.01.01.06	Participação dos Acionistas Minoritários	0	3.025
6.01.01.07	Variações Monetárias e Cambiais	59.123	22.234
6.01.01.11	Lucro Líquido do Período	-382.877	-162.939
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-93.326	99.445
6.01.02.01	Clientes	134.416	-162
6.01.02.02	Estoques	-2.298	-1.318
6.01.02.03	Títulos a Receber	9	0
6.01.02.04	Crédito de Impostos	0	314
6.01.02.05	Provisão para Contingências	-19.152	-4.837
6.01.02.07	Outros Créditos	28.615	-6.484
6.01.02.08	Fornecedores	-14.881	-213
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-54.658	8.972
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher	-835	18.564
6.01.02.11	Adiantamento a Clientes	-56.156	2.281
6.01.02.12	Títulos a Pagar	17.241	12.205
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-148.968	60.712
6.01.02.15	Impostos a recuperar	-2.368	9.411
6.01.02.16	Dividendos a receber	14.796	0
6.01.02.17	Dividendos propostos	-24	0
6.01.02.18	Provisão de custos e encargos	10.249	0
6.01.02.19	Títulos e valores mobiliários	688	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	333.063	-4.282
6.02.01	Baixas de investimentos	9.896	0
6.02.02	Ágio sobre investimentos	379.820	0
6.02.03	Valores em garantia na alienação de investimentos	-39.371	0
6.02.05	Operações de Mútuo com empresas ligadas	-17.092	-4.132
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários	0	-1
6.02.08	Aquisições Imobilizados e Intangíveis	27	-149
6.02.10	Baixas de imobilizado	-217	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-82.527	20.391
6.03.02	Amortização do Principal s/Financ/Empréstimos	-27.616	0
6.03.03	Amortização Juros s/Financ/Empréstimos	-96.804	0
6.03.04	Operações de Mútuos com empresas ligadas	0	5.378
6.03.07	Debêntures	13.617	15.013
6.03.10	Aumento de capital	28.276	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.935	-1.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	447	2.041
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.382	369

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	540.614	0	176.114	-3.258.002	1.091.826	-1.449.448	918	-1.448.530
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.276	0	0	0	143.208	171.484	0	171.484
5.04.01	Aumentos de Capital	28.276	0	0	0	143.208	171.484	0	171.484
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-372.627	16.953	-355.674	-8.968	-364.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-373.122	0	-373.122	-9.062	-382.184
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	495	16.953	17.448	94	17.542
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	495	-495	0	0	0
5.05.02.06	Ajuste de Av. Patrimonial	0	0	0	0	17.448	17.448	94	17.542
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-505	-505	0	-505
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	-505	-505	0	-505
5.07	Saldos Finais	568.890	0	176.114	-3.630.629	1.251.482	-1.634.143	-8.050	-1.642.193

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648	5.001	-1.124.647
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	539.552	0	171.989	-2.943.997	1.102.808	-1.129.648	5.001	-1.124.647
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.062	4.125	0	0	-5.187	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	1.062	4.125	0	0	-5.187	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-248.774	-718	-249.492	-3.024	-252.516
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-162.871	0	-162.871	-3.025	-165.896
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-85.903	-718	-86.621	1	-86.620
5.05.02.06	Ajuste patrimonial reflexo de investida	0	0	0	2.080	0	2.080	0	2.080
5.05.02.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada	0	0	0	-87.983	0	-87.983	0	-87.983
5.05.02.08	Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	0	0	0	0	-718	-718	1	-717
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.427	-4.427	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	3.929	-3.929	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	498	-498	0	0	0
5.07	Saldos Finais	540.614	4.125	171.989	-3.188.344	1.092.476	-1.379.140	1.977	-1.377.163

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	-197.078	5.757
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.854	3.520
7.01.02	Outras Receitas	-197.068	2.251
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.864	-14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.736	-31.060
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.595	-2.147
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-53.141	-28.913
7.03	Valor Adicionado Bruto	-254.814	-25.303
7.04	Retenções	-4.592	-3.914
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.592	-3.914
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-259.406	-29.217
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.889	-12.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.251	-13.397
7.06.02	Receitas Financeiras	89.140	872
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-173.517	-41.742
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-173.517	-41.742
7.08.01	Pessoal	8.605	8.141
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.698	4.510
7.08.01.02	Benefícios	3.335	3.199
7.08.01.03	F.G.T.S.	572	432
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.202	5.586
7.08.02.01	Federais	1.787	5.383
7.08.02.02	Estaduais	407	187
7.08.02.03	Municipais	8	16
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	197.860	110.427
7.08.03.01	Juros	197.123	109.603
7.08.03.02	Aluguéis	737	824
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-382.184	-165.896
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-373.122	-162.871
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-9.062	-3.025

Comentário do Desempenho
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em atendimento integral às disposições da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, bem como aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, submete à apreciação dos Senhores acionistas os fatos e eventos relevantes do 3º trimestre de 2025, acompanhados dos **Comentários de Desempenho da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal**, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025.

Mensagem da Diretoria

A Administração destaca os principais assuntos em andamento em 2025 e os desafios previstos para o último trimestre e os próximos exercícios:

1. Pagamento das dívidas concursais das Classes I e IV ainda remanescentes.

Para liquidação dessas Classes, a Companhia está direcionando recursos relativos às monetizações de ativos, como, por exemplo, CBD, Metrô-SP, entre outros. Espera-se que, em 2026, seja concretizada a expectativa de monetização de outros ativos e que essas dívidas sejam liquidadas na sua totalidade.

Ressalta-se que a Companhia liquidou em 1º/07/2025 mais de R\$ 200 milhões em passivos Concurais relativos à Classe III, através de mais uma emissão de debêntures conversíveis em ações, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

2. Continuidade dos pagamentos das dívidas extraconcursais, por meio do adequado casamento entre os ativos e passivos.

Nesse quesito, o Conselho de Administração decidiu constituir um Comitê financeiro, formado por membros do CA e da Diretoria da Companhia, a fim de estruturar as melhores estratégias de monetização dos ativos, com o objetivo de usá-los para o pagamento dos passivos extraconcursais. Tal estratégia, de reprecificação dos ativos, por meio de pareceres independentes, possibilitará mostrar aos credores a qualidade dos ativos, suas perspectivas de monetização e

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

permitirá a renegociação das dívidas, lastreada nessas sólidas expectativas.

Destaca-se, nesse assunto, a venda da participação no Estaleiro Inhaúma, que gerou recursos para a Companhia liquidar passivos concursais e extraconcursais trabalhistas, financeiros e tributários conforme já amplamente divulgado nos comentários do 2º. ITR.

- 3. Monetização dos ativos judicializados**, que somam mais de R\$ 4 bilhões em *claims*, conforme detalhado mais adiante nas Notas do Balanço Gerencial.
- 4. Aprovação da criação de uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE em Araraquara.** Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição, dentro do nosso site em Araraquara, de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação), com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Espera-se que a aprovação poderá ocorrer até o final do primeiro semestre de 2026.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83, protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A íntegra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, (www.inepar.com.br), na área de investidores, publicações e documentos.

- 5. Aceleração da atividade comercial, com foco na recomposição da carteira de pedidos, por meio da participação em concorrências de grande porte e no fornecimento de pacotes relevantes de projetos de infraestrutura conquistados por empresas parceiras.**

Com o objetivo de fortalecer essa estratégia de retomada do nível de atividade, o Conselho de Administração constituiu um Comitê de Novos Negócios, formado por membros do CA e da Diretoria da Companhia, buscando não apenas os mercados já tradicionais de atuação da Companhia, como também novos produtos e mercados.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Carteira de Pedidos

Conforme vínhamos comentando nos relatórios anteriores, a expectativa para o segundo semestre de 2025 era de um desempenho superior ao do primeiro semestre. Essa tendência começa a se confirmar, conforme demonstrado no acumulado da carteira apresentado abaixo:



O volume de propostas com chances de êxito tem crescido sistematicamente, principalmente nos setores de Óleo e Gás e Energia, o que também confirma a expectativa de uma carteira consistente para execução nos próximos anos. A união de esforços entre a área comercial da Companhia e o Comitê de Novos Negócios recém-formado nos permite vislumbrar essa recuperação da atividade operacional.

Principais perspectivas setoriais:

Setor de Óleo & Gás: A Companhia está participando de licitações promovidas pela Petrobras, e por outras empresas, para:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

- a) Oportunidades de fornecimento por meio da Unidade de Araraquara (fábrica de equipamentos);
- b) Prestação de serviços nas diversas modalidades de EPC, em consórcio e/ou de forma individual.

Setor de Geração de Energia: A Companhia mantém tratativas com detentores de tecnologia, visando parcerias para o LRCAP 26 - Leilão de Reserva de Capacidade (A-5), em processo pela ANEEL, que já aprovou projetos para a instalação de 5.470 MW adicionais em hidrelétricas, existentes, com investimentos estimados em R\$ 19,5 bilhões em 5 anos.

Setor Metroferroviário: Observa-se crescimento de demanda neste segmento e forte participação de empresas estrangeiras. Por meio do financiamento BNDES para esses projetos, o que exige o conteúdo Nacional, nos traz a possibilidade de reativação do parque fabril localizado em Araraquara, especializado nesse segmento nas seguintes formas:

- a) Parceria com a rede de fornecedores destas empresas estrangeiras para que venham a operar em áreas da unidade fabril de Araraquara;
- b) Fornecimento de partes e peças para truques, fabricação de componentes para via permanente e revitalização de truques ferroviários para empresas como Vale, MRS e outras.

Setor de Mineração: Mercado em aquecimento, notadamente em minérios nobres e terras raras, com possibilidade de fornecimento de Equipamentos, ou suas partes e peças, para esta aplicação, por meio de empresas de tecnologia que dominam este mercado e processo.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Desempenho acumulado até 3º trimestre de 2025

RESULTADO CONSOLIDADO				
Informações Consolidadas (em milhares de reais)				
	3T25	2T25	1T25	3T24
Receita Operacional Bruta	4.854	2.859	811	3.520
Deduções e impostos sobre a venda	(1.047)	(603)	(98)	(682)
Receita Operacional Líquida	3.807	2.256	713	2.838
Custos dos produtos e serviços	(5.381)	(3.815)	(2.095)	(5.080)
Lucro Bruto	(1.574)	(1.559)	(1.382)	(2.242)
Receitas e Despesas Operacionais	(273.320)	(262.114)	(39.411)	(51.966)
Despesas com vendas	(1.479)	(930)	(544)	(665)
Perdas no recebimento de Crédito	(4.864)	(39)	(480)	(14)
Despesas Administrativas e gerais	(48.089)	(37.656)	(16.401)	(25.711)
Provisões de contingências	(170)	(170)	(170)	(833)
Outras Receita e Despesa	(215.466)	(221.939)	(21.342)	(11.346)
Resultado da Avaliação de investimentos	(3.252)	(1.380)	(474)	(13.397)
Resultado operacional	(274.894)	(263.673)	(40.793)	(54.208)
Despesas e Receitas Financeiras				
Despesas financeiras	(197.123)	(104.816)	(14.949)	(109.603)
Receitas financeiras	89.140	18.442	4.180	872
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição soci	(382.877)	(350.047)	(51.562)	(162.939)
Imposto de renda e contribuição social	693	776	388	(2.957)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(382.184)	(349.271)	(51.174)	(165.896)

Sobre o Resultado

O resultado bruto operacional acumulado até o 3º ITR/2025, foi negativo em R\$ 1,6 milhões, frente a R\$ 2,2 milhões no mesmo período do exercício anterior. Esse resultado ruim continua sendo impactado pelo baixo nível de atividade, sendo esperada uma melhora significativa já nos primeiros meses de 2026.

No acumulado do 3º trimestre de 2025, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 382,1 milhões, em comparação aos R\$ 165,9 milhões apurado no mesmo período de 2024, o qual passamos a explicar abaixo:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Sobre as Despesas Gerais e Administrativas

A variação de R\$ 22.379 no montante das despesas administrativas em relação ao mesmo período de 2024 refere-se, principalmente, aos itens destacados na tabela abaixo:

Despesas Administrativas e Gerais	3T25	3T24
Honorários dos Administradores	(3.141)	(2.782)
Salários, Encargos e Benefícios	(10.254)	(10.360)
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Física	(28.299)	(8.067)
Outras despesas	(6.395)	(4.502)
Total	(48.089)	(25.711)

O aumento significativo nas despesas com honorários profissionais não possui caráter recorrente, uma vez que se refere aos honorários advocatícios de êxito relacionados aos acordos firmados com o Metrô - SP e com a Swiss - Re, ocorridos no 2º ITR/2025.

Sobre as Outras Receitas e Despesas

A variação de R\$ 204.120 (R\$ 215.466 – R\$ 11.346) em relação ao mesmo período de 2024, deveu-se, principalmente, aos itens constantes da tabela abaixo:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

	Notas	3ºTR25	3ºTR24
Outras Receitas e Despesas		(215.466)	(11.346)
Outras Despesas			
1) Custos e despesas com venda do Ativo CBD	(a)	(389.715)	-
2) Estorno de Claims contingentes	(b)	(133.999)	-
3) Despesas relativas a acordos judiciais	(c)	(32.815)	(2.100)
4) Despesas com processos tributários	(d)	(15.409)	(8.956)
5) Despesas com FIDC Taranis	(e)	(10.249)	-
6) Despesas com processos trabalhistas	(cf)	(7.634)	-
7) Estorno de dividendos a receber	(g)	(14.796)	-
8) Outras despesas operacionais	(h)	(114.047)	(11.092)
Total		(718.664)	(22.148)
Outras Receitas			
1) Receitas com Venda do Ativo CBD	(a)	352.564	-
2) Reversão de provisões cíveis e trabalhistas	(h)	105.712	8.397
3) Receitas com aluguéis		1.943	1.185
4) Diversos		-	1.220
5) Recuperação de despesas	(i)	15.240	-
6) Receitas pela baixa dos atos de clientes	(j)	27.739	-
Total		503.198	10.802
Total geral		(215.466)	(11.346)

Outras Despesas

- a) A alienação do Ativo CBD gerou um prejuízo de R\$ 37.151 (R\$ 389.715 de despesa – R\$ 352.564 de receita), decorrente, principalmente, da baixa do ágio e da baixa parcial dos investimentos.
- b) Outro item importante foi o estorno dos *claims* contingentes, anteriormente que estavam contabilizados no valor de R\$ 133.999. Esse estorno deveu-se a falta de expectativa concreta da data de realização, em função de serem ativos judicializados.
- c) O valor de R\$ 30.715 (R\$ 32.815 – R\$ 2.100) refere-se, principalmente, a honorários relativos aos acordos administrativos de pagamento de dívidas, bem

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

como pagamento de dívidas vencidas junto a prestadores de serviços, se configurando como despesas não recorrentes.

- d) Relativo ao acréscimo de R\$ 6.453 (R\$ 15.409 – R\$ 8.956) refere-se, principalmente, a processos tributários que foram parcelados.
- e) O valor de R\$ 10.249 refere-se ao reconhecimento das despesas incorridas junto ao FIDC Taranis, relativas aos prestadores de serviços, e que não haviam sido reconhecidas nos balanços anteriores.
- f) O valor de R\$ 7.634, relativo a despesas com processos trabalhistas, refere-se ao pagamento de ações trabalhistas não contingenciadas e, portanto, não recorrentes.
- g) O valor de R\$ 14.796 refere-se à baixa, por *impairment*, dos dividendos devidos pela QGI OIL & GAS INC., por falta de evidências de realização.
- h) Decorrentes, principalmente, de montantes contabilizados em despesas operacionais, tendo em vista as liquidações realizadas com as debêntures do 4º lançamento de valores mobiliários no âmbito da Recuperação Judicial. Esses valores estavam registrados em contas de provisões e foram revertidas em contas de resultado.
Também estão registrados nessa rubrica os honorários advocatícios relativo ao acordo assinado com o Metrô-SP.
- i) Decorrem, principalmente, de valores que foram objeto de redução dos passivos convertidos em debêntures perpétuas da 9ª emissão.
- j) Decorreram das contabilizações de adiantamentos que estavam pendentes, cujos clientes não reivindicaram os respectivos pagamentos. Parte desses adiantamentos foram utilizados para liquidar valores registrados em contas a receber. Esses valores estão inclusos nas discussões dos *claims* judicializados.

Outras Receitas

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

- a) O valor de R\$ 352.564 refere-se à receita relativa à venda da participação do Fundo Inhaúma.
- h) A variação na rubrica “Reversão de provisões contingenciadas cíveis e trabalhistas”, no montante de R\$ 97.315 (R\$ 105.712 – R\$ 8.397), decorre, principalmente, da reversão de provisões relacionadas a processos cíveis e trabalhistas que foram liquidados em razão da alienação do ativo CBD, da liquidação com as debêntures do 4º lançamento de valores mobiliários e da reversão de provisões de valores pagos com a utilização de debêntures perpétuas e ou ações emitidas.
- l) Essas reversões correspondem, essencialmente, a processos cíveis liquidados por meio das debêntures do 4º lançamento de valores mobiliários, cujos valores estavam devidamente provisionados, sendo, portanto, revertidos após a liquidação.
- j) O valor de R\$ 27.739, lançada na rubrica receitas pela baixa de adiantamentos de clientes, refere-se à baixa de saldos de adiantamentos, mediante encontro de contas com clientes a receber ou pelo reconhecimento em conta de receitas, considerando que parte dos valores se encontrava pendente de decisão judicial.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 DE SETEMBRO DE 2025

Sobre as Receitas e Despesas financeiras

A variação de R\$ 87.520 (R\$ 197.123 – R\$ 109.603), em relação ao mesmo período de 2024, deveu-se, principalmente, aos itens constantes da tabela abaixo:

	3T25	3T24
Receitas e Despesas Financeiras	(107.983)	(108.731)
Despesas Financeiras		
1) Atualização das obrigações fiscais e tributárias	(50.633)	(34.239)
Descontos obtidos em parcelamentos tributários	9.231	-
Saldo da conta	(41.402)	(34.239)
2) Atualizações de acordos trabalhistas	(3.592)	-
3) Atualização de passivos financeiros (BNDES, Debêntures, outros)	(144.288)	(67.763)
4) Diversos	(7.841)	(7.601)
Total	(197.123)	(109.603)
Receitas Financeiras		
1) Atualização de depósitos judiciais Swiss Re e Metrô	10.609	-
2) Receita sobre os ativos que compuseram acordo Metrô	3.125	-
3) Descontos obtidos	3.877	23
4) Atualização créditos fiscais	5.514	-
5) Outras Receitas	65.771	-
6) Diversos	244	849
Total	89.140	872

Os saldos de juros sobre impostos e contribuições apresentaram acréscimo em relação ao mesmo período de 2024, em decorrência das atualizações dos parcelamentos de tributos federais, estaduais e municipais.

As atualizações de passivos também registraram aumento em comparação ao exercício anterior, em função tanto de passivos já negociados e pagos, quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se, entre eles, o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos financeiros.

Neste trimestre, efetuou a atualização dos passivos bancários extraconcursais, em que obtivemos êxito nas negociações para pagamentos em debêntures perpétuas, conforme 4º lançamento de valores mobiliários, de acordo com as previsões estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, bem como através da utilização dos ativos para pagamento de passivos extraconcursais.

As outras receitas financeiras referem-se, principalmente, às atualizações de depósitos judiciais levantados, como, por exemplo, o acordo firmado com a Swiss-

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Re, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais. O passivo correspondente foi reconhecido como dívida concursal, cuja liquidação ocorreu mediante a entrega de debêntures perpétuas do 4º lançamento de valores mobiliários.

Principais variações nas contas Patrimoniais

Ativo

Ativo Circulante	SET/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Caixa e equivalentes de caixa	2.382	447	1.935	Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava, no consolidado, na conta de bancos – conta movimento, saldo de R\$ 11.833, decorrente dos recursos obtidos com a alienação da participação no Fundo de Investimento Imobiliário Inhaúma. Os valores provenientes dessa operação foram utilizados, no terceiro trimestre, para o pagamento de parcelas relativas a obrigações tributárias, trabalhistas e demais despesas operacionais.
Contas a receber de clientes	2.442	2.860	(418)	Para melhor compreensão, solicita-se a verificação da Nota Explicativa nº 06.
Estoques	11.662	9.365	2.297	A variação verificada na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação dos custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas nem reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.
Tributos a recuperar	69.552	67.549	2.003	A variação dos saldos observada em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024 decorre, principalmente, da atualização financeira dos valores registrados.
Dividendos a receber	-	14.796	(14.796)	Baixa por impairment dos valores devidos pela QGI Oil & Gás Inc., em razão da ausência de evidências que suportem a sua realização.
Outros créditos	40.784	1.857	38.927	O principal motivo da variação dessa conta refere-se à garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Ativo não circulante

Contas a receber clientes	-	133.999	(133.999)	Por se tratar de ativos contingentes, decorrentes de <i>claims</i> em discussão judicial, e não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, neste trimestre, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as correspondentes provisões de impostos.
Depósitos judiciais	55.461	77.086	(21.625)	A redução dessa conta refere-se, principalmente, aos levantamentos ocorridos em decorrência dos acordos firmados com a Swiss Re e com o Metrô-SP, bem como ao encontro de contas realizado para liquidação de verbas rescisórias.
Outros créditos	5	6.551	(6.546)	Redução em virtude do acordo firmado com o Metrô-SP.
Investimentos	95.036	105.243	(10.207)	Varição decorrente do reconhecimento dos resultados das empresas controladas e coligadas, apurados por meio do método da equivalência patrimonial.
Imobilizado	116.003	120.879	(4.876)	Varição em função das depreciações das máquinas e imóveis.
Intangível	11.696	391.516	(379.820)	Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimento Imobiliário Inhaúma, procedeu-se à baixa proporcional do ágio contabilizado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, com contrapartida na conta de Outras receitas e despesas.

Passivo

Passivo Circulante

	SET/25	DEZ/24	VARIÇÃO	
Fornecedores	45.350	60.231	(14.881)	O saldo de fornecedores em geral apresentou redução significativa, em razão da liquidação de passivos mediante a utilização dos recursos provenientes da venda da participação no Fundo Inhaúma, da celebração de acordos com o Metrô - SP e da liberação de depósitos judiciais, e mediante a utilização dos bem como a utilização dda 4ª emissão das debêntures perpetuas.
Instituições financeiras	315.972	426.067	(110.095)	A variação decorre da liquidação do processo mantido com o antigo Banco BIC, atualmente denominado CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo Banco a terceiros e, posteriormente, negociados para pagamento por meio de debêntures perpétuas, em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial, bem como da reclassificação contábil para a rubrica de partes relacionadas, no montante de R\$ 57,0 milhões.
Obrigações sociais e trabalhistas	104.551	159.209	(54.658)	A redução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados com os recursos provenientes da operação de venda da participação na Companhia Brasileira de Diques – CBD e também pela realização de encontro de contas com depósitos judiciais anteriormente pendentes de resgates.
Obrigações fiscais e tributárias	174.544	159.932	14.612	A redução verificada decorre, principalmente, dos parcelamentos ordinários firmados no primeiro semestre de 2025, que resultaram na diminuição dos encargos de juros e multas, bem como do pagamento da parcela referente à transação tributária com vencimento em 30 de setembro de 2025.
Adiantamentos de clientes	2.182	58.338	(56.156)	Após análise, a Administração decidiu proceder ao reconhecimento contábil dos adiantamentos de clientes pendentes, por meio de encontro de contas para liquidação dos saldos de contas a receber, com o saldo remanescente em receitas.
Títulos a pagar	150.387	133.146	17.241	Refere-se, principalmente, a dívidas objeto de discussões judiciais em curso, inclusive no que se refere ao tema da concursabilidade.
Outras contas a pagar	89.186	238.216	(149.030)	Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações financeiras extraconcursais constituídas para atender ao acordo do Plano de Recuperação Judicial, bem como para atender às necessidades de capital de giro da Companhia. A redução decorre da liquidação parcial dessas obrigações.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Não circulante

Exigível a longo prazo

	SET/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Instituições financeiras	198.313	210.775	(12.462)	A variação decorre da liquidação do processo mantido com o antigo Banco BIC, atualmente denominado CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo Banco a terceiros e, posteriormente, negociados para pagamento através de debêntures perpétuas em acordo com o previsto no Plano de Recuperação Judicial.
Debêntures	285.992	273.384	12.608	A variação verificada resulta das atualizações mensais aplicadas aos saldos, correspondentes à correção financeira e aos encargos previstos contratualmente.
Obrigações fiscais e tributárias	303.856	319.302	(15.446)	A redução verificada decorre, principalmente, dos parcelamentos ordinários firmados no primeiro semestre de 2025, que resultaram na diminuição dos encargos de juros e multas, bem como do pagamento da parcela relativa à transação tributária com vencimento em 30 de setembro de 20
Partes relacionadas	82.842	94.034	(11.192)	A variação decorre de ajustes realizados nos saldos das contas de partes relacionadas, em razão da segregação efetuada conforme a natureza das operações.
Provisão de custos e encargos	12.552	2.303	10.249	A variação refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, contabilizadas em conta de provisões para despesas no exercício.
Provisões para contingências	154.288	196.508	(42.220)	A redução decorre dos acordos celebrados, considerando os recursos provenientes da alienação da participação na CBD, bem como dos valores recebidos decorrentes dos acordos firmados com a Swiss Re e o Metrô-SP.

Patrimônio Líquido

Capital social	571.963	543.687	28.276	A variação decorre do aumento de capital aprovado na 392ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de agosto de 2025.
Debêntures perpétuas	391.162	231.404	159.758	A variação ocorreu em decorrência da emissão dos títulos imobiliários vinculados à 4ª emissão de debêntures e ações.

Balanço Gerencial

Apresentamos a seguir o **Balanço Gerencial de 30 de setembro de 2025**, comparando os períodos de 30 de setembro de 2024 e 30 de setembro de 2025, considerando-se apenas os valores dos seguintes ativos:

- (i) ativos monetizáveis judicializados vinculados ao FIDC Taranis; e
- (ii) ativos monetizáveis judicializados não vinculados ao referido FIDC.

Nenhum desses ativos foi registrado no Balanço Patrimonial auditado, ainda que todos os custos a eles relacionados tenham sido devidamente reconhecidos e contabilizados. Também não foram consideradas nenhuma projeção de resultados operacionais futuros.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

A elaboração dessa informação decorre das orientações de nossos auditores independentes, em observância às restrições impostas pelas normas contábeis vigentes, as quais, em razão de seu caráter conservador e rigor técnico, não permitem o reconhecimento de ativos contingentes que ainda não possuam decisão transitada em julgado ou definitiva em última instância.

Entendemos, contudo, que o Balanço Gerencial reflete, de forma mais adequada, a posição patrimonial da Companhia, considerando a realização, em bases conservadoras, dos ativos judicializados aqui projetados.

Sobre os valores dos claims, classificados como possíveis e prováveis, constituímos provisões do IRPJ e CSLL, além de 4,65% referente ao PIS e da COFINS.

Seguindo os mesmos critérios do balanço societário, efetuamos registro de impostos a recuperar de 30% sobre as provisões do IRPJ e CSLL.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM

30 DE SETEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)			Consolidado em 30 de setembro de 2025			Consolidado em 30 de setembro de 2024			Consolidado em 30 de junho de 2025		
			Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado		
			Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	2.382	-	2.382	369	-	369	11.960	-	11.960		
Contas a receber de clientes	2.442	-	2.442	828	-	828	12.704	-	12.704		
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	10	-	10	-	-	-		
Estoques	11.662	-	11.662	11.743	-	11.743	12.685	-	12.685		
Tributos a recuperar	69.552	-	69.552	68.464	-	68.464	65.191	-	65.191		
Dividendos a receber	-	-	-	14.796	-	14.796	-	-	-		
Outros créditos	40.784	-	40.784	2.029	-	2.029	51.610	-	51.610		
Total do Ativo Circulante	126.822	-	126.822	98.239	-	98.239	154.150	-	154.150		
Não Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	183	-	183	-	-	-	179	-	179		
Contas a receber de clientes	-	-	-	133.999	-	133.999	-	-	-		
Títulos e valores mobiliários	-	742.114	742.114	688	861.000	861.688	-	692.863	692.863		
Impostos a recuperar	365	225.939	226.304	81.974	226.065	308.039	177	204.807	204.984		
Depósitos judiciais	55.461	-	55.461	81.741	-	81.741	60.340	-	60.340		
Outros créditos	5	1.581.000	1.581.005	6.551	1.463.409	1.469.960	5	1.412.966	1.412.971		
Investimentos	95.036	-	95.036	107.430	-	107.430	96.346	-	96.346		
Imobilizado	116.003	-	116.003	122.377	-	122.377	117.378	-	117.378		
Intangível	11.696	-	11.696	391.516	-	391.516	11.696	-	11.696		
Total do Ativo Não Circulante	278.749	2.549.053	2.827.802	926.276	2.550.474	3.476.750	286.121	2.310.636	2.596.757		
Total do Ativo	405.571	2.549.053	2.954.624	1.024.515	2.550.474	3.574.989	440.271	2.310.636	2.750.907		
PASSIVO											
Circulante											
Fornecedores	45.350	-	45.350	64.866	-	64.866	80.751	-	80.751		
Instituições financeiras	315.972	-	315.972	416.345	-	416.345	423.772	-	423.772		
Debêntures	18.295	-	18.295	16.958	-	16.958	17.997	-	17.997		
Obrigações sociais e trabalhistas	104.551	-	104.551	161.601	-	161.601	110.687	-	110.687		
Obrigações fiscais e tributárias	174.544	-	174.544	135.238	-	135.238	152.881	-	152.881		
Dividendos propostos	3.317	-	3.317	3.341	-	3.341	3.317	-	3.317		
Adiantamentos de clientes	2.182	-	2.182	38.292	-	38.292	37.234	-	37.234		
Títulos a pagar	150.387	-	150.387	128.693	-	128.693	143.829	-	143.829		
Outras contas a pagar	89.186	-	89.186	232.457	-	232.457	214.462	-	214.462		
Total do Passivo Circulante	903.784	-	903.784	1.197.791	-	1.197.791	1.184.930	-	1.184.930		
Não Circulante											
Instituições financeiras	198.313	-	198.313	210.793	-	210.793	201.358	-	201.358		
Debêntures	285.992	-	285.992	269.243	-	269.243	281.661	-	281.661		
Obrigações fiscais e tributárias	303.856	-	303.856	338.679	-	338.679	309.157	-	309.157		
Partes relacionadas	82.842	-	82.842	21.385	-	21.385	(31.170)	-	(31.170)		
Títulos a pagar	14.960	-	14.960	14.960	-	14.960	14.960	-	14.960		
Tributos diferidos	-	861.155	861.155	81.797	861.635	943.432	-	780.610	780.610		
Provisão de custos e encargos	12.552	-	12.552	2.303	-	2.303	12.381	-	12.381		
Provisões para contingências	154.288	-	154.288	175.800	-	175.800	167.960	-	167.960		
Provisão passivo a descoberto	14.601	-	14.601	12.434	-	12.434	13.517	-	13.517		
Outras contas a pagar	1.494	-	1.494	1.412	-	1.412	1.479	-	1.479		
Total do Passivo Não Circulante	1.068.898	861.155	1.930.053	1.128.806	861.635	1.990.441	971.303	780.610	1.751.913		
Patrimônio Líquido											
Participação dos minoritários	(8.050)	-	(8.050)	1.977	-	1.977	(2.615)	-	(2.615)		
Patrimônio líquido da controladora											
Capital social	571.963	-	571.963	543.687	-	543.687	543.687	-	543.687		
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)		
Reserva de capital	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417		
Reserva de reavaliação	24.158	-	24.158	25.050	-	25.050	23.887	-	23.887		
Debêntures perpétuas	391.162	-	391.162	231.404	-	231.404	237.162	-	237.162		
Créditos quirografários a converter	364	-	364	16.914	-	16.914	16.914	-	16.914		
Prejuízos acumulados	(3.563.850)	1.687.898	(1.875.952)	(3.121.566)	1.688.839	(1.432.727)	(3.536.610)	1.530.026	(2.006.584)		
Ajuste de avaliação patrimonial	835.798	-	835.798	819.108	-	819.108	820.269	-	820.269		
	(1.559.061)	1.687.898	128.837	(1.304.059)	1.688.839	384.780	(1.713.347)	1.530.026	(183.321)		
	(1.567.111)	1.687.898	120.787	(1.302.082)	1.688.839	386.757	(1.715.962)	1.530.026	(185.936)		
Total do Patrimônio Líquido											
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	405.571	2.549.053	2.954.624	1.024.515	2.550.474	3.574.989	440.271	2.310.636	2.750.907		

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial

01- Pleitos com Clientes

Os critérios contábeis vigentes no Brasil não permitem que se contabilizem ativos contingentes que não tenha certeza quanto à monetização, ao valor ou ao prazo. Isso não permite que a Companhia apresente uma demonstração mais adequada da sua situação patrimonial, não proporcionando ao mercado uma visão apurada de futuro.

Entretanto, considerando a probabilidade histórica de êxito, tais valores foram incluídos no Balanço Gerencial da Inepar S/A. Indústria e Construções-, em recuperação judicial, com o intuito de evidenciar a variação patrimonial provável, baseada na monetização parcial desses Claims, que atualmente se encontram nos mais variados estágios de discussão judicial.

Os pleitos referem-se a discussões relativas a alterações de escopo e de preços em contratos de prestação de serviços e de fornecimento de equipamentos já encerrados com clientes do Grupo Inepar.

Os valores dos claims estão registrados na linha de "Outros Créditos", correspondente a uma expectativa de êxito de aproximadamente 56%, no valor de R\$ 1,710 bilhões, em linha com a média histórica da Companhia. A posição é representada conforme segue:

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 30/09/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	480		
Valor atualizado dos claims	3.065		
Provável recebimento	1.569	1.062	68%
Possível recebimento	909	519	57%
Remoto recebimento	587	129	22%
TOTAL	3.065	1.710	56%

A classificação entre provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos.

Se considerarmos somente os valores constantes como PROVÁVEL e POSSÍVEL, a expectativa de recebimento, em relação ao montante de R\$ 3,065 bilhões em cobrança, corresponde a aproximadamente 52%, totalizando R\$ 1,581 bilhões.

Sobre os valores informados na linha de “Outros Créditos”, foi constituída provisão estimada dos tributos incidentes, compreendendo ao PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em conformidade com a legislação fiscal aplicável.

Comentário do Desempenho
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

02- FIDC TARANIS

Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas. Os estágios atuais dessas ações judiciais vão desde perícia em andamento até decisões em primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente.

Quando da sua constituição, as Companhias realizaram aportes de Claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio de créditos oriundos dos processos judiciais em andamento, que totalizam hoje R\$ 1,6 bilhões. A eficácia de monetização destes ativos é historicamente comprovada em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40% em razão de eventuais insucessos.

Entretanto, através das orientações do seu Comitê Financeiro, cujo objetivo principal é a monetização desses Claims, bem como a utilização, dos mesmos, a valor justo, para pagamento de dívidas extraconcursais, a Companhia está contratando empresa de primeira linha para a reavaliação do valor de mercado desses ativos.

Nossa expectativa de monetização é da ordem de **R\$ 882 milhões** ao longo dos próximos anos, representando um índice de recuperação de 52%, dentro dos padrões historicamente já praticados pela Companhia.

Se considerarmos somente os valores apontados como PROVÁVEIS e POSSÍVEIS, a expectativa de recebimento passa para 44%, no valor de **R\$ 742 milhões**, portanto abaixo da média histórica alcançada pela Companhia.

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

FIDC TARANIS - CLAIMS - 30/09/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.681		
Provável recebimento	527	432	82%
Possível recebimento	594	310	52%
Remoto recebimento	560	140	25%
TOTAL	1.681	882	52%

Por se tratar de créditos em discussão judicial, eles se configuram como **ativos contingentes** e, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), não são passíveis de reconhecimento no Balanço Patrimonial auditado.

Utilizando os mesmos critérios aplicados aos demais *claims*, foi constituída provisão estimada dos tributos incidentes ao PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Da Continuidade das operações

No curto prazo, a Companhia, através da sua Diretoria e dos Comitês Financeiro e de Novos Negócios, estabeleceu como principais objetivos estratégicos:

- **Recomposição da carteira de pedidos**, com o propósito de promover o equilíbrio do fluxo de caixa operacional;
- **Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobras e ao Setor de Energia**, seja de forma direta ou por meio de parcerias comerciais estratégicas;
- **Reativação do setor metroferroviário**, por intermédio da atração de um

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

grande player para o site de Araraquara, possibilitando a retomada da utilização plena da capacidade instalada;

- **Conclusão favorável do processo de alienação das UPI's IPM e IOG**, em linha com as diretrizes do Plano de Recuperação Judicial;
- **Renegociação com os principais credores extraconcursais**, de modo a compatibilizar os ativos e passivos, assegurando maior equilíbrio financeiro;
- **Renegociação da dívida com o BNDES**, com vistas à readequação das condições financeiras e à preservação da liquidez;
- **Monetização de ativos judicializados**, cujo valor total supera R\$ 4 bilhões, constituindo relevante fonte de fortalecimento patrimonial;
- **Monetização de outros ativos de propriedade da Companhia**, já em andamento, inserida no contexto do processo de Recuperação Judicial, com vistas à recomposição da estrutura de capital;
- **Aprovação da instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no site de Araraquara**, iniciativa destinada a atrair novos investimentos e ampliar a competitividade industrial, contando já com manifestações de interesse e estudos preliminares conduzidos por investidores de grande porte.

Administração solicitou a realização de uma reconciliação geral das operações com partes relacionadas, bem como a segregação dos respectivos saldos entre contas correntes, créditos transferidos para as recuperandas, saldos apurados anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial ("RJ") e valores registrados a título de AFAC.

Tais reclassificações foram efetuadas e encontram-se apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras referentes a 30 de setembro de 2025.

Comentário do Desempenho
INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que no período encerrado em 30 de setembro de 2025, não houve a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S.

A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram auditadas em conformidade com as Normas internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ressalta-se que as informações de natureza não financeiras, assim como as demais informações operacionais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e aprovou as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 e, com referência às opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Companhia apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller &

Comentário do Desempenho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE SETEMBRO DE 2025

Prezados, a Administração da Companhia, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além da documentação apensada, permitindo o exercício de um balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento, estamos buscando parcerias importantes nas áreas de saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/14, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/14, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM, que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (si) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item relevante a ser destacado refere-se às emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas com base nos lucros, sem qualquer deságio sobre o valor de face das dívidas novadas, e estruturadas com elementos alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

Destaca-se, ainda, a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), mediante a integralização de ativos atualmente em fase final de negociação dos créditos. Esses créditos serão utilizados, prioritariamente, para a liquidação de passivos junto a instituições financeiras e demais credores.

Além dos créditos em discussão já integralizados no FIDC Taranis, a Companhia detém um volume expressivo de outros créditos da mesma natureza, que igualmente serão destinados à liquidação das dívidas concursais e extraconcursais.

As Organizações Inepar/lesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização desses ativos (claims) ao longo de sua história, e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a aproximadamente R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano nos últimos três anos.

Em 07/11/2022, a Companhia, cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Inepar emitiu Fato Relevante informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da Euroinvest, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realizava o "due diligence" sobre os ativos.

Em 07 de outubro de 2024, a Euroinvest requereu dilação de prazo para a realização do pagamento da UPI IPM/IOG, justificando que o atraso decorria de entraves burocráticos na abertura de conta "Escrow Account", em função da troca do banco anterior para o Banco Santander, fato que gerou mais atrasos no cumprimento das questões burocráticas e de compliance financeiro internacional.

Em 24 de março de 2025, a Companhia informou que, até a presente data, a Euroinvest não havia realizado o pagamento da UPI IPM IOG, estando pendente de decisão judicial o desfecho da alienação.

Em 04 de abril de 2025, a Companhia peticionou requerendo a intimação da Euroinvest para que informasse o prazo necessário para resolução das questões bancárias e a data final para efetivação do pagamento.

Em 04 de junho de 2025, foi publicado despacho judicial autorizando a Companhia a tratar da alienação da UPI IPM IOG junto a outros interessados, sendo, todavia, facultada à Euroinvest concluir o depósito do montante, com preferência, no prazo de 90 dias, e, sem preferência, após o referido prazo.

Atualmente, encontra-se pendente o pagamento referente à proposta da Euroinvest para aquisição das UPI's IPM e IOG.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 37,1	R\$ 37,10	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 11,2	R\$ 11,20	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 48,30	R\$ 48,30	R\$ 2.395,8

A Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos e equilibrar seu fluxo de caixa. Tem como objetivo encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível, por meio da busca contínua de novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 1.2 Reapresentação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024

Considerando a intenção da administração da companhia em aprimorar a atual forma de apresentação das operações com Partes Relacionadas, as quais haviam sido unificadas a partir do exercício de 2017, no sentido de segregar as operações com quirografários das operações usuais entre as companhia integrantes do Grupo Inepar, os saldos e operações intercompanys foram revisitados no terceiro trimestre de 2025 e, como consequência, foram identificados erros de registros contábeis realizados no início da Recuperação Judicial, inerentes a rubrica de Partes Relacionadas.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros (IAS 8), a Companhia procedeu à reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, em razão da identificação de erro material que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”, e abaixo demonstrados.

Natureza do erro

No processo de revisão dos saldos contábeis na rubrica de Partes Relacionadas, a Administração identificou que foi constituída, indevidamente, por erro de interpretação à época, a baixa contábil de valores a receber, bem como a constituição de provisões, relativos aos valores pagos para Inepar Administração e Participações S.A., e às partes relacionadas Sadefem e TT Brasil, com a utilização das debêntures perpétuas/ações emitidas pela Inepar S.A. Indústria e Construções. O referido erro somente foi identificado no atual processo de revisão dos saldos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos intragrupo, de acordo com os critérios contábeis adotados e definidos no Plano de Recuperação devem ser registrados em conta específica, com a identificação de que se tratam pagamentos referentes aos créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo Inepar, os créditos Intragrupo poderão ser assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados desde que a referida compensação seja feita antes da Reorganização da estrutura de crédito. Em hipótese alguma haverá desembolso de valores para pagamento de quaisquer créditos intragrupo: (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano; (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação Judicial do Plano; e (iii) enquanto não sanado eventual inadimplemento no âmbito dos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.

Procedimentos adotados

Em atendimento ao CPC 23, a Companhia procedeu a correção retrospectiva do erro, com a reapresentação dos saldos comparativos das demonstrações financeiras ao período findo em 30 de setembro de 2025, como se o erro não tivesse ocorrido, sendo realizados os ajustes nos saldos patrimoniais em 01 de janeiro de 2024 (saldo inicial do período comparativo) e nas demonstrações das mutações do patrimônio em 01 de janeiro de 2024 (saldo inicial do período comparativo).

Os ajustes foram realizados conforme abaixo:

A) Ativo não circulante - Partes Relacionadas (débito) – R\$ 75.081

Ajuste referente aos valores mobiliários (debêntures perpétuas/ações) e que foram utilizados pela controladora Inepar Administração e Participações S/A, para liquidação das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. As rubricas de partes relacionadas são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor líquido entre ativos e passivos.

B) Patrimônio Líquido - Prejuízos Acumulados (crédito) – R\$ 75.081

Ajuste foi registrado na rubrica de prejuízos acumulados, por se tratar de regularização de erro de exercícios anteriores, em conformidade com o CPC 23, contemplando o saldo inicial mais antigo comparativo.

Abaixo quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
ATIVO	Nota	Saldo Original	Ajustes	Saldo	Saldo Original	Ajustes	Saldo
		31/12/2024		reapresentado	31/12/2024		reapresentado
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024		
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	-	57	447	-	447
Contas a receber de clientes	6	144	-	144	2.860	-	2.860
Títulos e valores mobiliários	7	9	-	9	9	-	9
Estoques	8	-	-	-	9.365	-	9.365
Tributos a recuperar	10	4.547	-	4.547	67.549	-	67.549
Dividendos a receber		-	-	-	14.796	-	14.796
Outros créditos	11	365	-	365	1.857	-	1.857
Total do ativo circulante		5.122	-	5.122	96.883	-	96.883
Não circulante							
Contas a receber clientes	6	44.532	-	44.532	133.999	-	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	688	-	688
Depósitos judiciais	31	57.418	-	57.418	77.086	-	77.086
Outros créditos	11	-	-	-	6.551	-	6.551
Investimentos	12	822.875	-	822.875	105.243	-	105.243
Imobilizado	13	69.245	-	69.245	120.879	-	120.879
Intangível	14	3	-	3	391.516	-	391.516
Total do ativo não circulante		994.073	-	994.073	835.962	-	835.962
Total do ativo		999.195	-	999.195	932.845	-	932.845
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
PASSIVO	Nota	Saldo Original	Ajustes	Saldo	Saldo Original	Ajustes	Saldo
		31/12/2024		reapresentado	31/12/2024		reapresentado
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024		
Circulante							
Fornecedores		26.188	-	26.188	60.231	-	60.231
Instituições financeiras	15	278.318	-	278.318	426.067	-	426.067
Debêntures	16	17.286	-	17.286	17.286	-	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.740	-	9.740	159.209	-	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	17	72.980	-	72.980	159.932	-	159.932
Dividendos propostos		3.317	-	3.317	3.341	-	3.341
Adiantamentos de clientes	20	-	-	-	58.338	-	58.338
Títulos a pagar		133.146	-	133.146	133.146	-	133.146
Outras contas a pagar	25	96.031	-	96.031	238.216	-	238.216
Total do passivo circulante		637.006	-	637.006	1.255.766	-	1.255.766
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Instituições financeiras	15	210.775	-	210.775	210.775	-	210.775
Debêntures	16	273.384	-	273.384	273.384	-	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	17	181.520	-	181.520	319.302	-	319.302
Partes relacionadas	22	261.578	(75.081)	186.497	94.034	(75.081)	18.953
Tributos diferidos	21.1	-	-	-	-	-	-
Títulos a pagar		-	-	-	14.960	-	14.960
Provisão de custos e encargos	19	2.303	-	2.303	2.303	-	2.303
Provisões para contingências	23	85.160	-	85.160	196.508	-	196.508
Provisão passivo à descoberto	24	796.917	-	796.917	12.911	-	12.911
Outras contas a pagar	25	-	-	-	1.432	-	1.432
Total do passivo não circulante		1.811.637	(75.081)	1.736.556	1.125.609	(75.081)	1.050.528
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora							
Capital social	26 a	543.687	-	543.687	543.687	-	543.687
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)
Reservas de capital	26 b	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417
Reserva de reavaliação	26 c	24.663	-	24.663	24.663	-	24.663
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	-	231.404	231.404	-	231.404
Créditos quirografários a converter	26 e	16.914	-	16.914	16.914	-	16.914
Prejuízos acumulados		(3.266.305)	75.081	(3.191.224)	(3.266.305)	75.081	(3.191.224)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	818.845	-	818.845	818.845	-	818.845
		(1.449.448)	75.081	(1.374.367)	(1.449.448)	75.081	(1.374.367)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)							
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minorit		-	-	-	918	-	918
Total do patrimônio líquido / Passivo a descob		(1.449.448)	75.081	(1.374.367)	(1.448.530)	75.081	(1.373.449)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo		999.195	-	999.195	932.845	-	932.845

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

REAPRESENTADO

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados		Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patrí.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria		Debêntures perpétuas			Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos iniciais em 01 de Janeiro de 2024	542.825	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.868.916)	236.591	16.914	28.979	22.021	788.303	(1.054.567)	5.305	(1.049.262)
Resultado do exercício					(57.005)						(57.005)	(1.762)	(58.767)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(340)	(340)	(46)	(386)
Outros resultados abrangentes											(340)	(46)	(386)
Resultado abrangente total											(56.305)	(1.808)	(58.113)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1				166	(1)			(166)				
Realização do custo atribuído ao imobilizado													
Saldos Finais em 31 de Março de 2024	542.826	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.924.715)	236.590	16.914	28.979	21.855	797.963	(1.110.872)	3.497	(1.107.375)
Resultado do exercício					(94.463)						(94.463)	(676)	(95.139)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(322)	(322)	39	(283)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.567)						(3.567)		(3.567)
Outros resultados abrangentes											(3.889)	39	(3.850)
Resultado abrangente total											(97.312)	(637)	(97.949)
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)					-		-
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)					-		-
Realização da reserva reavaliação					3.541			(3.541)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)		-		-
Saldos Finais em 30 de Junho de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.017.998)	231.404	16.914	25.438	21.689	797.641	(1.208.184)	2.860	(1.205.324)
Resultado do exercício					(11.403)						(11.403)	(580)	(11.983)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)					(84.391)						(84.391)		(84.391)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(56)	(56)	1	(55)
Ajuste de Av. Patrimonial					(25)						(25)		(25)
Outros resultados abrangentes											(84.472)	1	(84.471)
Resultado abrangente total											(95.875)	(579)	(96.454)
Realização da reserva reavaliação					388			(388)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)		-		-
Saldos finais em 30 de Setembro de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.113.263)	231.404	16.914	25.050	21.523	797.585	(1.304.059)	1.673	(1.302.386)
Resultado do exercício					(69.824)						(69.824)	(1.060)	(70.884)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(97)	(97)	1	(96)
Ajuste de Av. Patrimonial					(387)						(387)		(387)
Outros resultados abrangentes											(484)	1	(483)
Resultado abrangente total											(70.308)	(1.059)	(71.367)
Realização da reserva reavaliação					387			(387)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)		-		-
Saldos finais em 31 de Dezembro de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.182.921)	231.404	16.914	24.663	21.357	797.488	(1.374.387)	620	(1.373.747)

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidada

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2026.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente, “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções e de suas controladas, apresentadas a seguir:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensadas entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e sendo apresentados em milhares de reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento, e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída com base na expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas,

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010, a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante, decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou, até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de Arrendamento Mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de Arrendamento Mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação, passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear, ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados, e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto, a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato, em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade**Exposição Cambial-Consolidado**

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Controladora	
Ativos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	26.188	26.188
Aplicações financeiras	57	-	57	Empréstimos e financ.	278.318	278.318
Contas a receber	-	144	144	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos		365	365	Outras contas a pagar	96.031	96.031
Total circulante	57	518	575	Total circulante	550.969	550.969
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	210.775	210.775
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	273.384	273.384
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	484.159	484.159
TOTAL GERAL	57	45.050	45.107	TOTAL GERAL	1.035.128	1.035.128

	Controladora				Controladora	
Ativos financeiros em 30/09/2025 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros em 30/09/2025 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	31	-	31	Fornecedores	20.526	20.526
Contas a receber	-	337	337	Empréstimos e financ.	303.314	303.314
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	18.295	18.295
Outros créditos	-	369	369	Títulos a pagar	150.387	150.387
				Outras contas a pagar	71.402	71.402
Total circulante	31	706	737	Total circulante	563.924	563.924
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	27	-	27	Empréstimos e financ.	198.313	198.313
			-	Debêntures	285.992	285.992
Total não circulante	27	-	27	Total não circulante	484.305	484.305
TOTAL GERAL	58	706	764	TOTAL GERAL	1.048.229	1.048.229

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	126	-	126	Fornecedores	60.231	60.231
Aplicações financeiras	321	-	321	Empréstimos e financiam.	426.067	426.067
Contas a receber	-	2.860	2.860	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	1.857	1.857	Outras contas a pagar	238.216	238.216
Total circulante	447	4.726	5.173	Total circulante	874.946	874.946
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	210.775	210.775
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	273.384	273.384
Outros créditos	-	6.551	6.551	Outras contas a pagar	1.432	1.432
Total não circulante	-	141.238	141.238	Total não circulante	485.591	485.591
TOTAL GERAL	447	145.964	146.411	TOTAL GERAL	1.360.537	1.360.537

Ativos financeiros em 30/09/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/09/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	2.258	-	2.258	Fornecedores	45.350	45.350
Aplicações financeiras	124	-	124	Empréstimos e financiam.	315.973	315.973
Contas a receber	-	2.442	2.442	Debêntures	18.295	18.295
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	150.387	150.387
Outros créditos	-	40.784	40.784	Outras contas a pagar	89.186	89.186
Total circulante	2.382	43.226	45.608	Total circulante	619.191	619.191
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	183	-	183	Empréstimos e financiam.	198.313	198.313
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	285.992	285.992
Outros créditos	-	-	-	Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	1.494	1.494
Total não circulante	183	-	183	Total não circulante	500.759	500.759
TOTAL GERAL	2.565	43.226	45.791	TOTAL GERAL	1.119.950	1.119.950

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e Equivalentes e Caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	31	-	2.258	126
Aplicação financeira	27	57	307	321
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	58	57	2.565	447
Circulante	31	57	2.382	447
Não circulante	27	-	183	-

A partir do 2º trimestre, estamos classificando no longo prazo as aplicações financeiras referentes aos valores bloqueados nas respectivas contas em decorrência de processos trabalhistas. Dessa forma, tais aplicações não possuem liquidez imediata e permanecem remuneradas pelos índices da poupança.

Os departamentos Jurídico e Financeiro encontram-se empenhados em regularizar os referidos bloqueios, com o objetivo de viabilizar o resgate dos valores retidos.

As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 124 mil, classificadas no curto prazo no consolidado, pertencem às empresas controladas e são remuneradas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava, no consolidado, na conta de bancos conta movimento, o saldo de R\$ 11.833, decorrente dos recursos obtidos com a alienação da participação no Fundo de Investimento Imobiliário Inhaúma, cujos valores foram utilizados, no 3º trimestre, para pagamento das parcelas das obrigações tributárias, trabalhistas e outras despesas operacionais.

Em 30 de setembro de 2025, apresenta saldo de R\$ 2.258.

Nossas aplicações e movimentações financeiras são efetuadas em instituições de credibilidade comprovada e sem riscos de insolvência. Ressalta-se que não mantemos transações com o Banco Master.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Cientes interno (a)	6.216	50.554	80.036	222.368
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.879)	(5.878)	(77.594)	(85.509)
	337	44.676	2.442	136.859
Circulante	337	144	2.442	2.860
Não circulante	-	44.532	-	133.999

a) No saldo de Clientes Interno, no consolidado em 31 de dezembro de 2024, estava incluído montante de R\$ 133.999, e na controladora, R\$ 44.532, correspondentes a *claims* discutidos judicialmente, reconhecidos contabilmente em 30 de junho de 2021 e março de 2022. A contabilização foi realizada em função do estágio avançado dos referidos processos judiciais.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por se tratar de ativos contingentes, e não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, no 2º trimestre de 2025, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as respectivas provisões de impostos correlatas.

Os processos judiciais relacionados a esses *claims*, permanecem ativos, aguardando decisões finais quanto a sua realização.

Em 30 de junho de 2025, o saldo de contas a receber, no consolidado, era de R\$ 12.704, e em 30 de setembro de 2025, apresentava saldo de R\$ 2.442. A variação ocorreu principalmente pelos encontros de contas a receber e adiantamentos de clientes, bem como pelos recebimentos das parcelas finais do acordo com o Metrô-SP.

Movimentação da conta a receber de clientes:

Descrição	31/12/2024	30/06/2025	30/09/2025
Contas a receber do Metrô-SP	-	6.716	-
Contas a receber-Claims	133.998	-	-
Outras contas a receber	2.861	5.988	2.444
(-) Liquidação por encontro de contas, pela baixa de adiantamentos	-	-	(3.065)
(-) Baixa dos Claims em 30 de junho de 2025	-	(133.998)	-
(-) Recebimentos Metrô-SP e outros	-	(19.139)	(7.195)
Saldo Final	136.859	12.704	2.444

Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Títulos diversos	-	9	-	697
	-	9	-	697
Circulante	-	9	-	9
Não circulante	-	-	-	688

Em 30 de junho de 2025, foi realizado o teste de recuperabilidade (*impairment*) sobre o valor de R\$ 688 mil, referente aos Títulos da Dívida Pública (TDPs) registrados na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda, em razão da ausência de evidências que suportem a realização desses ativos, eles foram provisionados para a conta de resultado.

Com relação ao valor de R\$ 9 mil, registrado em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, esse montante refere-se à aquisição de ações. Em 30 de junho de 2025, foi realizado o teste de recuperabilidade desses instrumentos e, diante da inexistência de evidências que confirmem a validade e a recuperabilidade econômica das referidas ações, procedeu-se às respectivas baixas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Produtos em elaboração	-	-	8.215	3.988
Insumos e materiais	-	-	3.057	5.038
Adiantamentos a fornecedores	-	-	390	339
	-	-	11.662	9.365

A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Esses custos permanecem registrados no ativo até que sejam reconhecidas as receitas correspondentes, momento em que são transferidos ao resultado, em consonância com o CPC 16 – Estoques, na medida em que representam bens ou serviços em processo de execução.

Nota 9 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a compensar (a)	7	11	54.950	53.745
ICMS a recuperar	-	-	482	398
IPI a recuperar	756	756	960	960
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	576	598
Demais créditos (b)	3.780	3.780	12.949	11.848
	4.543	4.547	69.917	67.549
Circulante	4.367	4.547	69.552	67.549
Não circulante	176	-	365	-

- a) Os valores apresentados no consolidado referem-se, principalmente, à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses valores vêm sendo utilizados, por meio de PER/DCOMP, para a liquidação de impostos correntes.

A variação dos saldos observada em relação ao período encerrado em dezembro de 2024 decorre da atualização financeira.

Portanto, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS não devem ser considerados como receitas tributáveis, conforme decisão do STF proferida no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR (Tema 69).

- b) Corresponde, em sua maioria, a créditos do Programa Reintegra e a processos administrativos de pedidos de restituição de contribuições previdenciárias (INSS), recolhidas indevidamente junto à Receita Federal do Brasil.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 10 - Outros créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Adiantamento a Empregados	369	361	944	825
Outros créditos (a)	-	4	39.845	7.583
Total	369	365	40.789	8.408
Circulante	369	365	40.784	1.857
Não circulante	-	-	5	6.551

- a) Na rubrica de Outros Créditos, no consolidado em 31 de dezembro de 2024, estava incluído o montante de R\$ 6.551 mil, relativo ao cumprimento de sentença nº 0100375-40.2006.8.26.0053, relativo ao contrato nº 008.003.100, em trâmite na 13ª Vara Cível, movido contra o Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô - SP.

Por meio do Termo de Pagamento de Transação e Quitação, firmado entre o Metrô - SP e a Inepar em 20 de fevereiro de 2024 e concluído em abril de 2025, foi estabelecida a liquidação de diversos processos cíveis envolvendo ambas as Companhias. No 3º trimestre de 2025, as parcelas devidas foram integralmente liquidadas.

Consta, ainda, em 30 de setembro de 2025, na mesma rubrica de Outros Créditos, no consolidado, o valor referente ao saldo da garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas, com o objetivo de mitigar riscos e responsabilidades para a ICTSI.

Do valor original de R\$ 57,7 milhões, permanecia, em 30 de setembro de 2025, o saldo de R\$ 39,3 milhões, correspondente ao montante ainda vinculado à finalidade da referida garantia.

O valor garantido vem sendo restituído à medida que os respectivos processos trabalhistas são liquidados pela Inepar.

Nota 11 – Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Participação em controladas/coligadas (a)	780.010	822.875	51.539	61.190
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	43.497	44.053
	780.010	822.875	95.036	105.243

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

							Resultado
				Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	31/12/2024
Em 31 de dezembro de 2024							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	236.780	1.024.109	(90.617)	(787.329)	100,00%	-	(90.616)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.133	13.112	616	171.021	99,99%	172.004	599
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	292.713	42.847	(1.528)	249.866	100,00%	249.866	(1.531)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	-	(12)
CBD Adm e Participações S.A.	436.669	36.094	(75)	400.575	99,99%	400.523	(125)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.404	5.341	(1.691)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	0,00%	480	-
						822.875	(106.778)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
30/09/2025							
Em 30 de setembro de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	117.221	1.064.848	(160.979)	(947.627)	100,00%	-	(160.979)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.096	12.193	(118)	171.903	99,99%	171.886	(118)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	287.659	43.482	(5.689)	244.177	100,00%	244.177	(5.689)
Innovida Participações S.A.	18.709	28.200	(31)	(9.491)	100,00%	-	(31)
CBD Adm e Participações S.A.	363.675	209	(38.768)	363.466	99,99%	363.466	(38.768)
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.580	2.325	(260)	15.255	0,01%	1	-
Fidc Tarânis	619.117	10.249	-	608.868	0,00%	480	-
						780.010	(205.585)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de dezembro de 2024							
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676) -	83.564	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	(1.164)	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	184.133	13.112	616	171.021	100,00%	-	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-	-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	420.639	20.114	(125)	400.639	100,00%	2.988	(119)
						105.243	(15.952)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 30 de setembro de 2025							
QUIP S.A.	75.706	88.431	(12.724)	(88.165)	13,25%	-	(1.687)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.668	156.861	(1.193)	151.228	19,53%	29.303	(233)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(19)	(1.165)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.176	(6)	(9.466)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	363.675	209	(38.768)	363.466	100,00%	3.380	(1.319)
						95.036	(3.252)

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
Enisa Inovação e Infraestrutura S.A	18312	-	0,01	0,01
CBD Adm. e Participações S.A.	400.959	-	99,99	99,99
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	-	-

(i) **IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia controladora efetuou uma capitalização em 2003, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003, e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja visto que, indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) **Companhia Brasileira de Diques S.A:** Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE de 29 de junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986, mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Portbank Consultoria Financeira e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28 de junho de 2019, foi deliberado sobre o aumento do capital de R\$ 2.636, mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Conforme ata da AGE de 21 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital de R\$ 74.999, mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

Em 01 de julho de 2024, foi celebrado Memorando de Entendimentos para Aluguel, pelo Fundo Estaleiro para a ICTSI, do imóvel de propriedade da CBD, e de uma eventual aquisição, pela ICTSI, da parcela das ações de emissão da CBD objeto de futura compra e venda de participação ou das cotas do Fundo Estaleiro correspondentes ao imóvel objeto de locação.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da razão social, da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A, para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30 de agosto de 2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Em 13 de setembro de 2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30 de setembro de 2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituída uma classe única de cotas.

Em 18 de outubro de 2024, através da AGE da CBD – Diques, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo remanescente de R\$ 26,1 milhões, foi vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2 milhões, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores correspondentes à 37,82% do patrimônio da CBD – Diques, e as 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, foram contabilizadas na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 01 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliários – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Em 30 de setembro de 2025, CBD-Administração e Participações S/A, apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Valores em milhares:

	30/09/2025	31/12/2024
ATIVO		
Circulante	40.282	11
Não Circulante		
Partes relacionadas	308.320	16.231
Investimentos	3.380	12.884
Intangível	11.693	391.513
Total do Ativo	363.675	420.639
PASSIVO		
Circulante	209	20.114
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	(90)	(90)
Prejuízos acumulados	(39.213)	(444)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.710	-
Total do Passivo	363.675	420.639

Os valores dos Investimentos e do Intangível, referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

<u>Descrição</u>	<u>30/09/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cotas do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário (a)	-	9.896
Companhia Brasileira de Diques S/A (b)	3.380	2.988
Ágio s/investimentos Companhia Brasileira de Diques S/A	11.693	391.513
	15.073	404.397

- a) Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2025, a controlada CBD Administração e Participações S.A., alienou sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente à 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). A liquidação ocorreu no mercado de balcão organizado, operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 17 de abril de 2025.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, foi esclarecido que o Estaleiro Inhaúma é composto por três imóveis distintos, sendo que apenas um deles, de propriedade do referido Fundo de Investimentos Imobiliário, foi objeto da alienação. Os demais imóveis permanecem sob titularidade da CBD-Diques.

A alienação foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme mencionado no referido fato relevante. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, em razão do cumprimento de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, destacando-se a dedução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, bem como de outras obrigações contratuais. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.490, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato, a operação foi concluída em 17 de abril de 2025, ocasião em que a Companhia recebeu os saldos líquidos dos recursos decorrentes da alienação.

Na nota explicativa 30 apresentamos o resultado dessa alienação.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

- b) O saldo de R\$ 3.380 mil, representa a participação de 37,82% sobre o patrimônio líquido da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme definido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, emitida em 18 de outubro de 2024.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) O Fundo Taranis: Em abril de 2019 as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a R\$ 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Observações:

O Fundo Taranis, foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 30/09/2025, a carteira do Fundo está composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no Fundo, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

As despesas incorridas nessa operação do Fundo no montante de R\$ 10.249 milhões estão contabilizadas em contas de provisão para perdas. (Apresentado na nota 18)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar, apresenta, no Relatório da Administração/Comentários de Desempenho os valores dessa operação do Fundo, objetivando a transparência nas informações divulgadas Companhia.

b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio–Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores. Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.,

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo a determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos.

De acordo com o laudo de avaliação emitido em 05 de maio de 2025, foram efetuados, neste trimestre, ajustes contábeis no valor de R\$ 556 mil, a fim de adequar os saldos aos valores apurados no referido laudo.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 12 – Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	(58.679)
Valor contábil líquido	10.188	58.836	221	69.245
Depreciação	-	(2.217)	(3)	(2.220)
Saldo Final	10.188	56.619	218	67.025
Em 30 de Setembro de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(59.772)	(1.127)	(60.899)
Valor contábil líquido	10.188	56.619	218	67.025

Consolidado	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	8.722	1.274	246.217
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	(8.497)	(1.179)	(125.338)
Valor contábil líquido	14.588	78.955	26.990	26	225	95	120.879
Adições	-	-	11	-	17	166	194
Baixas	-	(431)	(217)	-	-	-	(648)
Depreciação	-	(2.551)	(1.926)	(2)	(21)	(132)	(4.632)
Baixa de depreciação	-	-	210	-	-	-	210
Saldo Final	14.588	75.973	25.068	24	221	129	116.003
Em 30 de Setembro de 2025							
Custo	14.588	146.241	70.941	4.462	8.739	1.440	246.411
Depreciação Acumulada	-	(70.268)	(45.873)	(4.438)	(8.518)	(1.311)	(130.408)
Valor contábil líquido	14.588	75.973	25.068	24	221	129	116.003

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as leis 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram: o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos, e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 13 – Intangível

CONSOLIDADO

	Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2024			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	60	391.513	391.573
Amortização	(57)	-	(57)
Saldo Final	3	391.513	391.516
Em 30 de Setembro de 2025			
Custo	35.007	391.513	426.520
Baixa		(379.820)	(379.820)
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
Valor contábil líquido	3	11.693	11.696

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfez o valor total de R\$ 1.217.468.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, relativo ao investimento anteriormente registrado na controladora, foi aportado na controlada CBD Administração e Participações S.A., conforme deliberado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Conforme fato relevante em 22/04/2025, a sua controlada CBD Administração e Participações S.A., vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") na data de 17/04/2025.

Após o cumprimento das obrigações precedentes, o fechamento ocorreu em 17/04/2025, e seus efeitos estão registrados contabilmente nesse trimestre.

Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários, procedeu-se à baixa parcial do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras Receitas e Despesas (nota explicativa 30).

O ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, o que impactou a linha de "Outras Receitas e Despesas Operacionais" no exercício de 2025, no montante de R\$ 379,8 milhões.

A alocação do ágio foi efetuada conforme as particularidades do imóvel, consideradas individualmente em cada uma de suas porções, representadas pelas respectivas matrículas, de acordo com o laudo emitido pela empresa NVR Auditores e Consultores. Esse laudo teve por objetivo a avaliação de ativos e passivos da empresa, para fins de desdobramento do valor do ágio ou deságio, com base em procedimentos específicos relacionados ao *Purchase Price Allocation* (PPA).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 – Instituições Financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	302.634	276.871	302.634	276.871
Capital de Giro	679	1.447	13.338	149.196
Total Circulante	303.313	278.318	315.972	426.067
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	156.063	171.881	156.063	171.881
Capital de Giro	42.250	38.894	42.250	38.894
Total Não Circulante	198.313	210.775	198.313	210.775
Total de Empréstimos e Financiamentos	501.626	489.093	514.285	636.842
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	303.313	278.318	315.872	425.967
Em até 12 meses	19.770	19.341	19.870	19.441
De 1 a 2 anos	29.782	28.526	29.782	28.526
De 2 a 3 anos	29.782	28.526	29.782	28.526
De 3 a 4 anos	29.782	28.526	29.782	28.526
De 4 a 5 anos	29.782	28.526	29.782	28.526
Acima de 5 anos	59.416	77.330	59.415	77.330
Total de Empréstimos e Financiamentos	501.627	489.093	514.285	636.842
Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Reais - R\$	501.626	489.093	514.285	636.842
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	501.626	489.093	514.285	636.842

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes e bens imóveis que atualmente não estão sendo utilizados como operacionais pela Empresa, tais como os imóveis em Magé e Macaé.

As variações ocorridas na controladora entre 31/12/2024 e 30/09/2025, referem-se as atualizações financeiras dos passivos, destacando, principalmente, os valores relacionados ao BNDES e Fundação Petros.

No consolidado, verificou-se uma redução no saldo de empréstimos e financiamentos, de R\$ 636,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 514,3 milhões em 30 de setembro de 2025.

A variação de R\$ 43 milhões decorre da liquidação do processo de cobrança de dívida movido pelo CCB – China Construction Bank, cujo crédito foi cedido pelo banco a terceiros e, posteriormente, teve seu pagamento

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negociado pelo montante de R\$ 99 milhões. O valor que se encontrava provisionado contabilmente era de R\$ 56 milhões, motivo pelo qual houve o reconhecimento adicional de despesas no montante de R\$ 43 milhões.

O valor da negociação para pagamento da dívida foi formalizado por meio de Instrumento Particular e Outras Avenças, assinado em 9 de junho de 2025.

O valor do deságio obtido nessa negociação foi de R\$ 30,5 milhões, e o pagamento se deu por meio de Debêntures Perpétuas da 4ª Emissão de Valores Mobiliários, instrumento previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Os valores devidos à MDC Assessoria Empresarial S.A., no montante de R\$ 57,2 milhões, referentes a contratos de mútuo, empréstimos e cessão de direitos creditórios, anteriormente classificados no grupo de Empréstimos e Financiamentos, foram reclassificados para a rubrica de Partes relacionadas.

Essa reclassificação decorreu da reconciliação contábil integral das operações realizadas com Partes Relacionadas, efetuada no âmbito do processo de revisão dos saldos contábeis.

Nota 15 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2024	Adições/Baixas	30/09/2025
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.525	10	2.535
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.128	601	6.729
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	282.017	13.006	295.023
		290.670	13.617	304.287
Circulante		17.286		18.295
Não circulante		273.384		285.992

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: Será liquidada com o saldo das debêntures perpétuas emitidas.

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento particular de transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo, atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de ação de execução inicialmente movida por BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciária da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures de Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, tendo figurado como fiadoras e demais garantidoras Inepar Administração e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e Iesa Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (“5ª Emissão de Debêntures”).

O acordo celebrado em 31/03/2021 foi declarado antecipadamente vencido pelos Debenturistas. Em razão disso, o credor iniciou a execução da dívida, requerendo, entre outras medidas, a liquidação das cotas do FIDC Taranis, do qual os Debenturistas são detentores de 172 mil cotas.

A Inepar tomou as medidas necessárias visando à extinção da execução no valor pretendido, diante da tese de concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão. Eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei nº 11.101/2005, e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial aplicável aos credores quirografários.

Nota 16- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	174.332	187.636	337.060	342.547
ICMS a recolher/ parcelamentos	32.887	42.307	41.244	58.165
Inss a recolher	25	47	35	287
Pis/Cofins Diferidos	2.889	4.938	14.012	22.086
ISS a recolher/Parcelamentos	9.908	9.670	35.297	33.768
Pis/Cofins a recolher	43	913	6.294	5.421
Impostos e Contribuições retidos na fonte	179	1.677	611	3.421
Parcelamento Simplificado RFB	2.297	4.907	2.634	5.124
Parcelamento PGFN Convencional 2025	29	-	9.483	-
Parcelamento PGFN Edital PGDAU nº 6/2024	11.172	812	25.680	2.973
Outros	1.671	1.593	6.050	5.442
	235.432	254.500	478.400	479.234
Circulante	45.982	72.980	174.544	159.932
Não circulante	189.450	181.520	303.856	319.302

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débitos” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% da dívida.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN, foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361, consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado "Recuperação de Despesas – Transação Individual", no exercício de 2021.

Foi deferida, nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões, e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Desta forma, esses pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Os vencimentos dos débitos previdenciários ocorreram a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029.

O saldo do passivo tributário consolidado totalizava R\$ 478.399 mil em 30 de setembro de 2025, ante R\$ 479.234 mil em 31 de dezembro de 2024.

A redução verificada decorre, principalmente, dos parcelamentos ordinários firmados no primeiro semestre de 2025, que resultaram na diminuição dos encargos de juros e multas, bem como do pagamento da parcela referente à transação tributária com vencimento em 30 de setembro de 2025.

Essas ações refletem a continuidade dos esforços de regularização fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias pela Companhia.

Nota 17 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Salários a pagar	134	454	1.543	2.344
Rescisões a pagar	723	726	47.482	70.103
FGTS a recolher	3.856	4.964	32.666	48.920
Sesi/ Senai	-	-	15.518	14.753
Provisões de férias e 13º salário	749	677	3.898	2.996
IRRF a recolher	114	639	2.033	6.810
INSS a recolher	289	2.262	1.368	13.241
Outras obrigações a recolher	20	18	43	42
	5.885	9.740	104.551	159.209
Circulante	5.885	9.740	104.551	159.209

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo das obrigações trabalhistas consolidadas totalizava R\$ 104.551 mil em 30 de setembro de 2025, ante R\$ 159.209 mil em 31 de dezembro de 2024.

Destaca-se que nesses saldos estão incluídas as obrigações devidas ao Sesi/Senai, todas já vencidas.

A redução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados com os recursos provenientes da operação de venda da participação na Companhia Brasileira de Diques – CBD.

Adicionalmente, contribuiu para a redução dos saldos a realização de encontros de contas com depósitos judiciais anteriormente pendentes de resgates, utilizados para compensação de obrigações trabalhistas, no montante de R\$ 5,5 milhões.

Nos saldos a pagar referentes às rescisões trabalhistas, que estão incluídos nos processos judiciais ainda não finalizados, sendo que, por ocasião da constituição das provisões para contingências, tais montantes foram deduzidos dos saldos a pagar, evitando dupla contabilização.

Cabe ressaltar que, no momento do ajuizamento dos processos trabalhistas, são incluídas todas as verbas rescisórias e demais reivindicações apresentadas pelos reclamantes, o que dificulta a segregação individualizada dos valores até a conclusão definitiva das ações.

Nota 18 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
ICMS s/Receitas(a)	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão Fundo Taranis (b)	10.249	-	10.249	-
	12.552	2.303	12.552	2.303
Não circulante	12.552	2.303	12.552	2.303

a) O montante de R\$ 2.303 mil, registrado tanto na controladora quanto no consolidado, corresponde à provisão de ICMS incidente sobre receitas já reconhecidas, porém ainda não faturadas, em razão de disputas judiciais em andamento entre a Companhia e o cliente.

b) Refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, registradas em conta de provisões para despesas no presente exercício.

Nota 19 - Adiantamentos de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	30	58.338	36.011
Adições/ Baixas	-	(30)	(56.156)	22.327
Saldo Final	-	-	2.182	58.338

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, bem como às antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores já reconhecidos em receitas, em razão do avanço físico das obras e dos faturamentos realizados.

No exercício, foram efetuadas baixas decorrentes dos valores recebidos da empresa ICTSI América B.V., no montante de R\$ 20.114 mil, a título de antecipação das negociações relativas ao Estaleiro Inhaúma, valores estes anteriormente registrados no consolidado.

Conforme previsto em contrato, os valores adiantados seriam deduzidos do preço final da transação, caso a alienação do Estaleiro fosse concluída. Alternativamente, na hipótese de não concretização da venda, tais valores seriam considerados como adiantamentos referentes aos aluguéis do Estaleiro.

Com a conclusão das negociações em abril de 2025, os valores adiantados foram abatidos do preço final da transação, conforme os termos contratuais.

Nesse trimestre, foram efetuadas baixas dos saldos de adiantamentos, mediante encontro de contas com clientes a receber ou pelo reconhecimento em conta de receitas, considerando que parte dos valores se encontrava pendente de decisão judicial.

Após análise individualizada de cada valor recebido, as respectivas baixas foram devidamente registradas, refletindo a realização efetiva dos créditos e a conclusão das tratativas contratuais.

Nota 20 - Tributos Diferidos

20.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, e pela Deliberação CVM nº 599/09 e pela Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							Efeito Líquido
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos					Ativo e Passivo
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos	Impostos s/	Custo	Revisão	Total	Total
			s/Reserva de Reavaliação	Lucro Estatais	Atribuído	de Vida Útil		
Em 31 de dezembro de 2024	32.883	32.883	13.104	8.560	10.790	429	32.883	-
Constituição dos Tributos	99	99	-	-	-	99	99	-
Baixa dos Tributos	(9.475)	(9.475)	(659)	(8.560)	(256)	-	(9.475)	-
Em 30 de setembro de 2025	23.507	23.507	12.445	-	10.534	528	23.507	-

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								Líquido
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos						Ativo e Passivo
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2024	81.393	81.393	13.104	37.564	5.985	12.067	12.673	81.393	-
Constituição dos Tributos	140	140	-	-	-	-	140	140	-
Baixa dos Tributos	(41.145)	(41.145)	(659)	(39.686)	(189)	(657)	(143)	(41.334)	189
Em 30 de setembro de 2025	40.388	40.388	12.445	(2.122)	5.796	11.410	12.670	40.199	189

No exercício de 2025, os tributos diferidos estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor líquido, ou seja, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma compensada, resultantes do encontro de contas entre valores de mesma natureza e exigibilidade, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(373.626)	(158.357)	(382.877)	(162.939)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	206.089	79.587	3.945	10.440
Resultado de Equivalência Patrimonial	(205.585)	(84.101)	(3.252)	(13.397)
IRPJ / CSLL no Resultado	504	(4.514)	693	(2.957)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	504	(4.514)	693	(2.957)
Alíquota Efetiva	-0,13%	2,85%	-0,18%	1,81%

No exercício anterior, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Nota 21 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos compatíveis com as condições usuais de mercado, destacando que não se limitam as transações com partes relacionadas às operações entre Inepar Administração e a Companhia, operações estas sobre as quais, conforme Clausula 2.4 do contrato, não incidem correção. Os saldos e as transações entre as empresas incluídas no processo de consolidação encontram-se devidamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de revisão dos saldos contábeis registrados na rubrica de partes relacionadas, a Administração identificou que, no exercício de 2017, foram constituídas indevidamente, por erro de interpretação à época, perdas e provisões relacionadas à valores liquidados mediante a utilização de debêntures perpétuas e ações, conforme determina o Plano de Recuperação Judicial para a classe III, emitidas pela Inepar S.A. Indústria e Construções.

Referido erro envolveu:

(i) baixa para perdas no montante de R\$ 52.030, referente a valores devidos pela controladora Inepar Administração e Participações S.A.; e

(ii) provisões para perdas constituídas sobre valores devidos pelas recuperandas Sadefem e TT Brasil, nos montantes de R\$ 20.272 e R\$ 2.796, respectivamente.

Tais distorções somente foram identificadas no curso da presente revisão dos saldos.

Os créditos intragrupo relacionados ao Plano de Recuperação Judicial devem ser apresentados em rubrica específica, com a identificação de que se tratam, quando aplicável, de créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo, determinados créditos intragrupo poderiam ser assumidos por outras companhias do Grupo ou compensados, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos no referido Plano, não sendo admitida compensação após a reorganização da estrutura de créditos.

Os referidos créditos estão sujeitos às regras de solidariedade entre as recuperandas, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano de Recuperação Judicial.

Dessa forma, os créditos da Inepar S.A., decorrentes da emissão de títulos e valores mobiliários, foram utilizados para a liquidação de obrigações das empresas abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

A cada pagamento efetuado pelas recuperandas com a utilização desses créditos, os respectivos valores foram registrados em contas de mútuos, classificadas no grupo de partes relacionadas.

Posteriormente, em 2017, tais valores foram indevidamente consolidados em uma única conta, o que, para fins de controle, dificultou substancialmente o acompanhamento das operações.

Em setembro de 2025, por solicitação da Administração, foi realizada a reconciliação desses saldos e procedimentos, tendo sido efetuados ajustes contábeis com a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.2 destas notas explicativas.

Os valores decorrentes da referida revisão foram devidamente registrados no grupo de partes relacionadas.

Após a reconciliação dos saldos, efetuamos a segregação das partes relacionadas da seguinte maneira:

- **Contratos de empréstimos e contas correntes** – registram a movimentação financeira entre as empresas do grupo.
- **Créditos com utilização de valores mobiliários** – referem-se à abertura de contas correntes entre as recuperandas, para fins de satisfação dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, a serem liquidados por meio de valores mobiliários, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano, que trata da “Unificação do Crédito”.
- **Saldo de empréstimos e contas correntes existentes em 1º de outubro de 2014** – referem-se a valores incorridos anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial. Conforme o item 2.3 do Plano de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recuperação Judicial, é permitido, a critério do Grupo Inepar, que os créditos intragrupo sejam assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados, desde que tal compensação seja realizada antes da reorganização da estrutura de créditos. Em hipótese alguma haverá desembolso de caixa para pagamento de quaisquer créditos intragrupo:

- (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano;
- (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação judicial do Plano; e
- (iii) enquanto não for sanado eventual inadimplemento relacionado aos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.

- **Contratos de AFAC** – referem-se a contratos celebrados anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial.

Os valores devidos à MDC Assessoria Empresarial S.A., no montante de R\$ 94,3 milhões, referentes a contratos de mútuo, empréstimos e cessão de direitos creditórios, anteriormente classificados nos grupos de Outras Contas a Pagar e de Empréstimos e Financiamentos, foram reclassificados para a rubrica de Partes Relacionadas. O montante de R\$ 94,3, anteriormente contabilizados nas rubricas abaixo, foram transferidos para a rubrica de Partes Relacionadas.

RUBRICA	VALOR R\$
Outras Contas a Pagar	37.093
Empréstimos e Financiamento	57.258
TOTAL	94.351

Essa reclassificação decorreu da reconciliação contábil integral das operações realizadas com partes relacionadas, no âmbito do processo de revisão dos saldos contábeis.

As informações relativas à remuneração da Administração estão detalhadas na Nota Explicativa nº 34 das demonstrações financeiras.

Abaixo composição dos saldos entre as partes relacionadas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes

Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	SALDO EM 30/09/2025		SALDO EM 31/12/2024	
						Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
CBD Administração e Participações S.A	02/01/2025	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	69.906	3.857	-
Cia Brasileira de Diques S.A	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	768	-	4.164
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A	30/11/2021	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	491	-	91	-
IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	142.445	-	146.607
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	67.318	-	118.869	-
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	42.388	-	85.318
IESA Tecnologia e Transportes S/A	30/09/2021	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	473	-	473	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	11/12/2015	Controlada	Contrato de transferência da participação da Cemate, para pagto ao BNDES,	Indeterminado	Não se aplica	-	151.793	-	151.793
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2024	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	3.671	-	3.693
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	92.732	-	89.541
Demais Empresas	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	10.482	-
Subtotal						68.282	503.703	133.772	481.116

02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos

IESA - Óleo & Gás S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada indireta	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	307.430	-	207.650	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	126.762	-	78.832	-
IESA Tecnologia e Transportes S/A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	4.054	-	4.054	-
Inepar Administração e Participações S.A	Conforme Plano de recuperação	Acionista Controlador	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	38.728	-	38.728	-
Subtotal						552.055	-	404.345	-

03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ

IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	58.027	-	58.027
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	-	1.705	-	1.705
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	Controlada	Cessão de Títulos Dívida Publica para a compra da participação da CBD	Indeterminado	Não se aplica	-	201.995	-	201.995
Demais Empresas	01/10/2014	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	10	10	20
Subtotal						2.948	261.737	2.958	261.747

04- Contratos de AFAC

Inepar Inovida Participações S.A	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	5.400	-	5.400	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2014	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	9.891	-	9.891	-
Subtotal						15.291	-	15.291	-
TOTAL						638.576	765.440	556.366	742.863

Líquido entre Ativo e Passivo

126.864

186.497

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes

Partes relacionadas	Data do contrato	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	SALDO EM 30/09/2025		SALDO EM 31/12/2024	
						Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Cia Brasileira de Diques S.A.	21/06/2024	Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	768	-	4.164
Inepar Administração e Participações S.A.	01/10/2014	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	42.388	-	85.318
Delft Adm e Participações S.A.	01/10/2014	ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	7.878	6.071	7.601	-
Inepar Administração e Participações S.A.	01/10/2014	Controladora	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	4.223	-	3.774	-
Inepar Innovida Participações S.A.	01/10/2014	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	3.900	5.890	3.900	5.840
MDC Assessoria Empresarial S.A.	30/09/2022	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações tributárias	31/12/2022	CDI + 1,66. %	-	13.644	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	10/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	30/06/2023	CDI + 1,78%	-	5.900	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	23/03/2023	Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	31/08/2023	CDI + 1,78%	-	4.988	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	29/12/2022	Ligada	Operação de crédito	Indeterminado	IPCA+ 1,78%	-	36.259	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	07/12/2022	Ligada	Empréstimo	23/01/2023	CDI + 1,78%	-	21.000	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	15/08/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/01/2020	CDI + 2,00%	-	3.917	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A.	23/12/2019	Ligada	Cessão de direitos creditório	24/11/2020	CDI + 2,00%	-	8.644	-	-
QGI Brasil S.A.	31/08/2016	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	-	28.349	-	28.349
Demais Empresas	Diversas datas	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	940	48	11.422	62
Sadefem Equip e Montagens S/A	30/04/2025	Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	64	-	64	-
						17.005	177.866	26.761	123.733

02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos

Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Administração e Participações S.A.	Conforme Plano de recuperação	Controladora	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
						75.081	-	75.081	-

03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ

Inepar Administração e Participações S.A.	Controladora	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Demais Empresas	Ligada	Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	10	-	10
						2.948	10	2.948	10
						95.034	177.876	104.790	123.743
						Líquido entre Ativo e Passivo		82.842	18.953

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 – Provisão para Contingências

1-Critérios de reconhecimento e mensuração

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas têm uma obrigação no presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar tal obrigação e seu valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com a CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências são avaliadas e classificadas como:

Prováveis: quando a perda é provável, e, portanto, portanto há constituição de provisão;

Possíveis: quando a perda é possível, sem a constituição de provisão, apenas divulgada em nota explicativa;

Remota: quando a perda é considerada remota, não sendo reconhecida nem divulgada.

As provisões são revisadas a cada encerramento de exercício ou período intermediário, considerando a melhor estimativa disponível, com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, incluindo atualização monetária e encargos incidentes, quando aplicável.

2-Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingências constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências estão suportadas por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	85.160	73.745	196.508	180.637
Adições/ Baixas	(21.927)	11.415	(42.220)	15.871
(-) Baixas	-	-	-	-
Saldo Final	63.233	85.160	154.288	196.508

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025		31/12/2024		30/09/2025		31/12/2024	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	6.903	21.005	6.911	22.004	118.599	62.514	118.683	70.953
Tributárias	146.443	33.181	146.443	35.520	200.197	53.537	200.197	55.876
Cíveis	407.806	9.047	407.806	27.636	579.475	38.237	638.486	69.679
	561.152	63.233	561.160	85.160	898.271	154.288	957.366	196.508

3-Principais processos

a) Contingências trabalhistas:

Refere-se s processos ajuizados por ex-funcionários e terceiros que prestaram serviços, envolvendo principalmente horas extras, adicionais, verbas rescisórias em contratos de empreitadas e fornecimento.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores provisionados decorrem de processos cuja perda foi classificada como provável, com base em pareceres dos assessores jurídicos.

No período encerrado em 30 de setembro de 2025, verificou-se uma redução de R\$ 8.439 no saldo de provisão para contingências trabalhistas classificadas como prováveis. Essa diminuição decorre do encerramento de diversos processos, com a utilização dos recursos provenientes da alienação da participação no Fundo Inhaúma.

Os valores classificados como perdas possíveis permaneceram inalterados em relação aos de 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 118.599 mil.

Destacamos abaixo os principais processos trabalhistas:

Processo nº	0010629-84.2019.5.15.0079
a Juízo	2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP
b Instância	Extraordinária – TST
c Data de instauração	31.05.2019
d Partes no processo	Sindicato Trab. De Araraquara E Americo Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.000.000,00
f Principais fatos	Multa normativa ao atraso de salário
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: condenação a multa normativa. Acórdão do Recurso Ordinário: Parcialmente procedente para limitar o valor da multa à obrigação principal. Aguardando decisão no Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
h Estágio do processo	Fase de conhecimento/ Recursal
i Chance de perda	Possível
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da aplicação de Multa Normativa (Prevista em Convenção Coletiva de Trabalho)
k Análise do impacto em caso de perda do processo	A Cia no período da ação celebrou acordo com o Sindicato para pagamento e diferimento de saldo salarial, deixando, após o acordo, de aplicar a incidência da multa, não estando o valor contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 0,00

Processo nº	00100669.92.2017.5.01.008
a Juízo	8 Vara do trabalho do Rio de Janeiro
b Instância	Grau Recursal - TST
c Data de Instauração	02/05/2017
d Partes no Processo	Maria Ignes Franco Penna Moreira Iesa Óleo e Gás S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.525.341,12
f Principais fatos	Reconhecimento de vínculo - Pejotização
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Parcialmente procedente, reconhecendo o vínculo.
h Estágio do processo	Suspensão no TST por decisão proferida no STF na Reclamação 83.379 Rio de Janeiro (Tema 1.389/STF)
i Chance de perda	Provável / Alteração para Possível – Diante do Tema 1.389/STF.
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão sobre reconhecimento de vínculo de colaborador Pessoa Jurídica
k Análise do impacto em caso de perda do processo	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 5.525.341,12

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº		0010331.52.2015.5.01.0005
a	Juízo	5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b	Instância	2ª Instância
c	Data de Instauração	17/03/2015
d	Partes no Processo	Antonio Carlos Pereira Teixeira Iesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.307.145,49
f	Principais fatos	Equiparação salarial; Piso salarial; Paradigma; HE
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Ação parcialmente procedente para reconhecer o vínculo de emprego desde 2004, condenando a reclamada principal (IESA), com responsabilidade subsidiária da Petrobras, ao pagamento de verbas rescisórias e danos morais, observada a prescrição parcial. Acórdão no Recurso Ordinário: negou provimento, mantendo a sentença.
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	
l	Valor provisionado	R\$ 5.307.145,49

4) Contingências tributárias:

Compreendem basicamente, por autuações fiscais de âmbito estadual e federal, bem como e pedidos de restituição ou compensação de tributos, atualmente em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores fiscais, De acordo com os consultores fiscais da Companhia há possibilidade de redução dos valores em razão da prescrição, conforme a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação de várias legislações vigentes. Neste exercício, foram também provisionados os valores relativos a débitos em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Destacamos abaixo os principais processos tributários:

Processo nº		0012505-24.2014.8.26.0037 (0012506-09.2014.8.26.0037 e 0012507-91.2014.8.26.0037) - 1513961-56.2019.8.26.0037 - 1008858-57.2021.8.26.0037 - 1507510-73.2023.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	11/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.156.613,41
f	Principais fatos	Trata-se de execução fiscal movida pelo Município de Araraquara, por suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada se enquadram na Lei Complementar nº 116/03, com incidência de ISSQN. Aguardando-se a integral garantia dos autos para posterior oposição de Embargos à Execução, uma vez que a atividade desenvolvida pela Executada consiste na industrialização de matérias-primas fornecidas pelo cliente, operação que gera a incidência de ICMS, e não de ISSQN.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	1510442-44.2017.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	06/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 493.625,44
f	Principais fatos	Trata-se de suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada enquadram na LC 116/03 incidindo ISSQN. Embargos opostos sob nº 1001929- na industrialização de matérias primas fornecidas pelo cliente, gerando ICMS e não ISS. Aguardando 13.2018.8.26.0037, em razão que a atividade da Executada consiste decisão STJ.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de mérito proferidas até o momento fundamentam-se no entendimento de que a atividade desenvolvida pela empresa está prevista no item 14.05 da lista de serviços incidindo ISSQN.
h	Estágio do processo	Aguardando decisão STJ (RE 882.461/PR- firmou entendimento reconhecendo que a industrialização por encomenda com destinação à comercialização não configura prestação de serviço, excluindo a incidência do ISS)
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

No período encerrado em 30 de setembro de 2025, não houve alterações nos valores dos processos tributários, permanecendo inalterados em relação aos montantes de 31 de dezembro de 2024.

Assim, os processos classificados como perdas possíveis totalizam R\$ 200.197 mil, enquanto os processos classificados como perda provável somam R\$ 53.537 mil.

5)Contingências cíveis:

As contingências cíveis decorrem, principalmente, de ações indenizatórias, execuções de contratos, cobranças e disputas envolvendo fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, relacionadas a obrigações assumidas em exercícios anteriores.

No período encerrado em 30 de setembro de 2025, verificou-se uma redução de R\$ 31.442 no saldo de provisão para contingências cíveis classificadas como prováveis. Essa diminuição decorre do encerramento de diversos processos, mediante a utilização dos recursos provenientes da alienação da participação no Fundo Inhaúma, do acordo firmado com a Swiss RE e da liquidação por meio de pagamentos realizados com debêntures da 4ª emissão, conforme RCA nº 392, de 20 de agosto de 2025.

Quanto à redução da provisão para contingências cíveis classificadas como possíveis, no montante de R\$ 59.011, esta decorre da liquidação de processos judiciais.

Destacamos abaixo os principais processos cíveis em andamento:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	1093196-66.2021.8.26.0100
a	Juízo	32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	30/08/2021
d	Partes no Processo	Fator Seguradora S.A. Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.036.754,02
f	Principais fatos	Ação monitória tem como objeto a cobrança de crédito que a Fator detém contra a Iesa e suas fiadoras em razão do pagamento de indenização securitária feito em favor da Andritz Hydro Ltda., atual denominação da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. ("Andritz" ou "Segurada"), diante dos prejuízos experimentados com o inadimplemento da Ordem de Compra nº Y004 ("Contrato" – doc. 3) e que foi objeto da Ação Judicial nº 1063973-78.2015.8.26.0100, que tramitou perante a 32ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ("Ação de Cobrança").
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Rejeitou os Embargos Monitórios, julgando procedentes os pedidos do Fator.
h	Estágio do processo	Aguardando julgamento da Apelação.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1056435-80.2014.8.26.0100
a	Juízo	34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP
b	Instância	2ª instâncias
c	Data de Instauração	18/06/2014
d	Partes no Processo	FIDC Polo Recuperação De Crédito – Fundo De Investimentos Np (Petros FIDC) Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 210.086.884,31
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 05.02.2018 com AF e promessa de dação em pagamento do imóvel de Magé. Após transcurso de 03 anos da celebração do acordo com a Petros, a Inepar, por ter cumprido as obrigações de pagamento inicial e liberação do imóvel, notificou o credor para realização da dação em pagamento. A Petros se negou a receber apenas o imóvel, buscando receber o saldo devido em dinheiro. As partes buscaram uma composição, mas sem êxito no resultado. A Petros retomou a execução 1056435-80.2014.8.26.0100 (81% do crédito), pelo valor confessado no momento do acordo, executando saldo elevado de forma extraconcursal. A Inepar tomou as medidas necessárias na execução, tendo sido reconhecido pelo TJ/SP que a extraconcursalidade do crédito é limitada ao imóvel de Magé. Assim, qualquer saldo entendido e reconhecido como devido deve ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Não há provisão de saída em dinheiro.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução. As decisões versam sobre a possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 8.846.916,09 (Saldo contabilizado, mas também coberto pela garantia – imóvel). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	0024440-33.2002.8.26.00053
a	Juízo	2ª VARA DAFAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	16.12.2017
d	Partes no Processo	Ministério Público De São Paulo Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.727.529,57
f	Principais fatos	Trata-se de ação questionando a execução contratual de avença firmada entre a Inepar e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM -, sob o registro n. 703660102400. Alega que teria sido praticado preço "superfaturado" no referido contrato, uma vez que, supostamente, a Inepar teria subcontratado parcelas significativas do escopo contratual original, remunerando-se as empresas subcontratadas com valores significativamente abaixo daquele cobrado no contrato principal.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença ; julgamento de procedência.
h	Estágio do processo	Em sede de Apelação
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	0168247-72.2019.8.19.0001
a	Juízo	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	12/07/2019
d	Partes no Processo	Docas Investimentos Ltda Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.324.125,55
f	Principais fatos	A empresa Docas pleiteia a cobrança do saldo dos créditos decorrentes das notas fiscais emitidas em razão das medições realizadas entre setembro/2014 e maio/2015, deduzindo-se o montante anteriormente levantado pela Inepar.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de Embargos à Execução.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	0742709-34.2023.8.07.0001
a	Juízo	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	16/10/2023
d	Partes no Processo	Fernandes & Silva Sociedade De Advogados Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 166.795.325,71
f	Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada por Fernandes & Silva Sociedade de Advogados, visando à cobrança do montante de R\$ 163.165.668,86, sob a alegação de ser credora da referida quantia, sendo que R\$ 78.965.668,86 já estariam vencidos e exigíveis, enquanto o valor remanescente seria devido e venceria no curso do processo.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de embargos monitórios.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1058554-14.2014.8.26.0100
a	Juízo	35ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL – SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	25/06/2014
d	Partes no Processo	BRL Trust Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 459.152.172,00
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 31.03.2021 foi declarado rescindido pelo credor. Acordo com AF de Cotas do FIDIC Taranis. O credor executou saldo confessado no Acordo atualizado, requerendo liquidação das cotas do FIDIC Taranis e penhoras sobre outros ativos. Inepar tomou as medidas na execução para extinção da execução no valor pretendido diante da concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão, sendo que eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Ainda não houve decisão de primeira instância.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 282.016.685,89 (Valor contabilizado). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	5017254-05.2017.4.04.7000
a	Juízo	Juízo Federal da 11ª VF de Curitiba
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	25/04/2017
d	Partes no Processo	Uniao Federal lesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.098.273.333,12 (valor considerando todas as rés)
f	Principais fatos	Ação civil pública de improbidade com vistas à condenação de várias rés (pessoas físicas e jurídicas) nas sanções da lei de improbidade administrativa referente à contratos firmados entre Petrobras e Odebrecht no âmbito da operação
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Instrução.
i	Chance de perda	Remota
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação remota)

a) Contingências Ativas

A empresa possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito de julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Dessa forma, esses valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informa o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média consegue êxito de até 55% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 30/09/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREMISAÇÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	480		
Valor atualizado dos claims	3.065		
Provável recebimento	1.569	1.062	68%
Possível recebimento	909	519	57%
Remoto recebimento	587	129	22%
TOTAL	3.065	1.710	56%

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação entre, provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos, totalizando um valor de expectativa de R\$ 1.710 de recuperação.

FIDC Taranis

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

Por ocasião de sua constituição, as Companhias realizaram aportes de claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio da cessão de créditos oriundos de processos judiciais em andamento, cujo valor totaliza atualmente cerca de R\$ 1,6 bilhão. A eficácia na monetização desses ativos é historicamente comprovada, situando-se em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40%, em razão de possíveis insucessos nas demandas judiciais.

A expectativa de monetização é da ordem de R\$ 882 milhões, ao longo dos próximos anos, representando um índice de recuperação de 52%, dentro dos padrões historicamente já praticados pela Companhia.

Se considerarmos somente os valores apontados como PROVÁVEIS e POSSÍVEIS, a expectativa de recebimento passa para 44%, no valor de R\$ 742 milhões, portanto abaixo da média histórica alcançada pela Companhia.

FIDC TARANIS - CLAIMS - 30/09/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.681		
Provável recebimento	527	432	82%
Possível recebimento	594	310	52%
Remoto recebimento	560	140	25%
TOTAL	1.681	882	52%

Nota 23 - Provisão para Passivo a Descoberto

O saldo da rubrica de provisão para passivo a descoberto totaliza R\$ 957.247 mil em 30 de setembro de 2025 e R\$ 796.917 mil em 31 de dezembro de 2024, correspondendo aos valores das controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Innovida Participações S.A.

No consolidado, o valor apurado é de R\$ 14.601 mil em 30 de setembro de 2025 e R\$ 12.911 mil em 31 de dezembro de 2024, correspondentes às empresas que não são consolidadas nas demonstrações da controlada IESA Óleo &

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gás S.A., uma vez que esta não detém participação significativa nem exerce poder de controle sobre tais sociedades.

Um passivo a descoberto ocorre quando o total das obrigações (passivos) de uma entidade supera o total de seus bens e direitos (ativos), resultando em patrimônio líquido negativo. Nessa situação, os recursos disponíveis não são suficientes para a liquidação integral das dívidas, sendo a diferença — a situação líquida negativa — reconhecida como passivo a descoberto.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	947.627	787.328	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.491	9.460	-	-
Outras empresas	129	129	14.601	12.911
	957.247	796.917	14.601	12.911
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	957.247	796.917	14.601	12.911

Nota 24 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.129
Obrigações imóvel Macaé (a)	-	3.000	-	3.000
CVM - Comissão de Valores Mobiliários (b)	1.616	1.510	3.372	2.791
Honorários advocatícios	3.462	2.563	3.655	2.563
Outras contas a pagar (c)	29.155	43.441	44.933	177.394
Repasse a terceiros (d)	33.662	16.909	33.662	16.909
Provisões diversas obrigações a pagar	3.507	5.702	5.058	7.956
Swiss Re (e)	-	22.906	-	22.906
	71.402	96.031	90.680	239.648
Circulante	71.402	96.031	89.186	238.216
Não circulante	-	-	1.494	1.432

- a) Refere-se à baixa da provisão relacionada a despesas não incorridas referentes ao imóvel localizado em Magé
- b) Refere-se as dívidas com a Comissão de Valores Mobiliários, já devidamente parceladas.
- c) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações financeiras extraconcursais constituídas para atender ao acordo do Plano de Recuperação Judicial, bem como para atender as necessidades de capital de giro da Companhia. A redução se deve a liquidação parcial dessas obrigações. Neste trimestre,

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetuamos a reclassificação no valor de R\$ 37,1 milhões devidos para a MDC, para o grupo de partes relacionadas.

- d) Refere-se a repasses devidos à terceiros, por conta do fornecimento do Metrô-SP, que se encontram em discussão judicial.
- e) No 2º trimestre de 2025, a Companhia concluiu novo acordo com o objetivo de pôr fim, de forma definitiva, à controvérsia existente, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais, em razão do reconhecimento da concursalidade do passivo com a Swiss Re, estabelecendo-se a forma de liquidação mediante o 4º lançamento dos valores mobiliários.

O passivo com a Swiss Re foi liquidado contabilmente em julho de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, apresentava saldo de R\$ 22.906, posteriormente reclassificado para o grupo de Fornecedores no balanço de 30 de junho de 2025.

Nota 25 - Fornecedoros

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores em geral(a)	19.334	26.188	44.158	60.231
Fornecedores processos Judiciais(b)	1.192	-	1.192	-
	20.526	26.188	45.350	60.231
Circulante	20.526	26.188	45.350	60.231

- a) O saldo de fornecedores em geral apresentou redução significativa, em razão da liquidação de passivos mediante a utilização dos recursos provenientes da venda da participação no Fundo Inhaúma, da celebração de acordos com o Metrô - SP e da liberação de depósitos judiciais.

- b) O valor de R\$ 36.192, registrado em 30 de junho de 2025, refere-se à homologação do acordo firmado com a Swiss Re, destinado à liquidação do Processo nº 1036540-60.2019.8.26.0100, com sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A referida obrigação foi classificada como dívida concursal e, portanto, sua liquidação ocorreu conforme os critérios estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial, enquadrando-se na Classe III – Quirografários.

O passivo foi liquidado contabilmente em julho de 2025, mediante a utilização do 4º lançamento de valores mobiliários com a emissão de debêntures perpétuas, conforme Ata da 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Nota 26 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social integralizado é de R\$ 571.963 mil, representado por 33.577.020 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais.

Notas Explicativas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição de dividendos, que devem ser, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, a Companhia efetuou o agrupamento de suas ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, sem modificação no valor total do capital social.

Posteriormente, em conformidade com a 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizado o aumento do capital social no montante de R\$ 5.124 mil, mediante emissão particular de 289.642 ações ordinárias.

Do total subscrito, R\$ 999 mil foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.125 mil à formação de reserva de capital, em conformidade com o disposto no art. 182, §1º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76.

A variação ocorrida no saldo de R\$ 571.963 mil, em comparação ao montante de R\$ 28.276 existente em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 543.687 mil, refere-se ao aumento de capital deliberado por meio da Ata da 392ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de agosto de 2025.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049, e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios - É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda, e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A; com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 13ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 391.162, e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão, e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão, e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550, e valor unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para 10ª emissão e de R\$ 6.507 para 11ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme deliberado na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizada a 12ª emissão de 192.653.942 debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, destinadas à colocação privada, no montante de R\$ 192.653.942, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Na mesma oportunidade, foi igualmente aprovada a 13ª emissão de 1.248.430 debêntures, também para colocação privada, no montante de R\$ 1.248.430, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Conversões realizadas das debêntures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente à conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 referente à conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1,3 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 386 de 04/04/2024 – Valor de R\$ 61 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 392 de 20/08/2025 – Valor de R\$ 28.276 referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 10ª, 12ª e 13ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 364. Esses créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores, que estão sendo discutidos com os credores. Os valores, nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 835.798, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 797.165, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª, 11ª e 13ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões. Esses ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

f) Continuidade das Operações

No curto prazo, a Companhia concentra seus esforços na recomposição da carteira de pedidos, na retomada das relações comerciais com a Petrobras e com o Setor de Energia, bem como na reativação do segmento metroferroviário. Paralelamente, busca concluir a alienação das UPI's IPM e IOG, renegociar dívidas com credores e com o BNDES, além de monetizar ativos judicializados e não judicializados. Complementarmente, promove estudos para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara, com o objetivo de ampliar a competitividade e atrair novos investimentos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 27 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	30/09/2025	30/09/2024
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(111.836)	(50.560)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(270.348)	(115.336)
	(382.184)	(165.896)
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	33.577.020	31.978.720
Total	46.204.252	44.605.952
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(8.856,73)	(4.004,02)
Ação ordinária	(8.051,58)	(3.640,02)

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o desdobramento das ações de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação ordinária e/ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Posteriormente, conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, foi realizado o agrupamento das ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, igualmente sem modificação no montante do capital social.

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são conversíveis em ações e farão jus à remuneração equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da emissora, em conformidade com o disposto no art. 191 da Lei nº 6.404/1976.

Nota 28- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	4.854	3.520
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.047)	(682)
Receita de Vendas	3.807	2.838

No acumulado até 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentou acréscimo no faturamento de produtos e serviços, em comparação ao mesmo período findo em 30 de setembro de 2024, reflexo, principalmente, do reconhecimento da receita do contrato com a Nuclep, apurada pelo método dos custos incorridos e reconhecidos pela controlada Enisa.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento da receita de contratos de longo prazo é efetuado com base no método dos custos incorridos, que reflete a mensuração do progresso da execução dos contratos em relação ao total estimado dos custos de cada projeto.

A Companhia reconhece a receita de contratos de longo prazo com base no método dos custos incorridos, o qual representa de forma adequada o progresso na execução das obrigações de desempenho assumidas contratualmente.

Nota 29 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(26.371)	(20.175)	(41.402)	(34.239)
Juros / despesas bancárias	(43.036)	(35.175)	(147.880)	(67.763)
Outras despesas financeiras	(6.948)	(7.232)	(7.841)	(7.601)
Total	(76.355)	(62.582)	(197.123)	(109.603)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2	1	240	23
Receita de atualização de créditos fiscais	-	-	5.513	-
Outras receitas financeiras	15.472	28	83.383	750
Variações cambiais ativas	-	99	4	99
Total	15.474	128	89.140	872
Total Líquido	(60.881)	(62.454)	(107.983)	(108.731)

Os saldos de juros sobre impostos e contribuições apresentaram acréscimo em relação ao mesmo período de 2024, em decorrência das atualizações dos parcelamentos de tributos federais, estaduais e municipais.

As atualizações de passivos também registraram aumento em comparação ao exercício anterior, em função tanto de passivos já negociados e pagos, quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se entre eles o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos financeiros.

Neste trimestre efetuamos a atualização dos passivos bancários, onde conseguimos êxito nas negociações para pagamentos em debêntures perpétuas, destacando principalmente a liquidação do processo mantido com o Banco BIC, atualmente denominado CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo Banco a terceiros e, posteriormente, negociados para pagamento através de debêntures perpétuas do 4º lançamento de valores mobiliários no âmbito do Plano de Recuperação Judicial.

Essa renegociação da dívida considerou a atualização do valor do acordo formalizado por meio do Instrumento Particular de e Outras Avenças, assinado em 09 de junho de 2025, o qual resultou em uma correção financeira complementar de R\$ 43 milhões, na controlada IESA Óleo & Gás, bem como destacamos que foi obtido um deságio de R\$ 30,5 milhões.

As outras receitas financeiras referem-se, principalmente, às atualizações de depósitos judiciais levantados, como, por exemplo, o acordo firmado com a Swiss-Re, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais. O passivo correspondente foi reconhecido como dívida concursal, cuja liquidação ocorrerá mediante a emissão de debêntures perpétuas da 4ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 30 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(147)	(161)	(167)	(257)
Despesas tributárias (a)	(7.499)	(100)	(15.409)	(9.131)
Despesas com FIDC Taranis (b)	(10.249)	-	(10.249)	-
Outras despesas Operacionais (k)	(41.546)	(6.312)	(109.936)	(9.271)
Processos trabalhistas (c)	(3.068)	-	(7.634)	-
Acordos judiciais (d)	(27.551)	-	(27.855)	-
Estorno de dividendos a receber (e)	-	-	(14.796)	-
Ociosidade (f)	-	-	(3.944)	(3.489)
Estorno de claims contingentes (g)	(48.496)	-	(133.999)	-
Custo de Venda de Ativos (h)	-	-	(389.715)	-
Despesas com o acordo Metrô-SP	-	-	(4.960)	-
Total das despesas operacionais	(138.556)	(6.573)	(718.664)	(22.148)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas (i)	47.048	8.397	105.712	8.397
Receitas pela baixa dos adiantamentos de clientes (j)	-	-	27.739	-
Recuperação Despesas	9.400	132	15.240	1.202
Receitas de aluguel	1.679	472	1.943	1.185
Outras receitas	-	-	-	18
Receita de venda de Ativos (h)	-	-	352.564	-
Total das receitas operacionais	58.127	9.001	503.198	10.802
	(80.429)	2.428	(215.466)	(11.346)

- a) Outras despesas tributárias referem-se aos registros de impostos parcelados, relacionados a processos judiciais em andamento da empresa.
- b) O valor registrado na rubrica e refere-se as despesas incorridas no FIDC – Taranis, relativas aos prestadores de serviços;
- c) Refere-se a diversos processos trabalhistas nos quais a empresa celebrou acordos para liquidação dos passivos, destacando-se o pagamento do processo nº 1356100-16.2002.5.09.0008, no montante de R\$ 1 milhão, cujo valor já estava provisionado e teve sua reversão contabilizada.
- d) Refere-se a dívida da Swiss-RE, cuja liquidação ocorreu por meio do pagamento em debêntures perpétuas da classe III - quirografários no montante aproximado de R\$ 35.000, além do pagamento, em espécie, de honorários advocatícios aos representantes legais da Swiss-RE no montante de R\$ 5.500. No trimestre, o total das despesas contabilizadas foi de R\$ 17.594, também foram efetuados pagamentos para o encerramento de processos movidos pelo Escritório de Advocacia Emsenhuber.
- e) O valor se refere a baixa por impairment dos dividendos pela QGI INC, por falta de evidências de realização;
- f) Ociosidade refere-se aos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão da reduzida quantidade de projetos contratados.
- g) Estorno dos créditos de “claims” em razão da ausência de expectativa concreta de realização, uma vez que se trata de ativos judicializados, no montante de R\$133.999, conforme nota explicativa nº 06.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- h) O custo de venda de ativos refere-se, principalmente, às despesas relacionadas à alienação da participação acionária no Fundo Inhaúma, realizada pela controlada CBD Participações, no montante de R\$ 348 milhões, incluindo a baixa do ágio apurado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.5 milhões, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões. A operação de alienação resultou em perda líquida de R\$ 37 milhões, devidamente reconhecida no resultado do exercício.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

O resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma está assim demonstrado:

Montante líquido da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	348.074
Montante da valorização das cotas do Fundo Inhaúma	4.490
Total da receita	352.564
Baixa do ágio no investimento	-379.820
Baixa do investimento	-9.895
Total do custo	-389.715
Resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	-37.151

- i) Decorreram, principalmente, de acordos firmados em processos trabalhistas, que resultaram em reduções significativas, cujos pagamentos foram efetuados com recursos provenientes da alienação da participação acionária nas cotas do Fundo Inhaúma, bem como da reversão das provisões de passivos liquidados nesse exercício com debêntures da 4ª emissão. Efetuamos, também, a reversão de provisões constituídas para TT Brasil e Sadefem, referentes aos valores das debêntures e ações, de propriedade da Inepar S/A., utilizados para a liquidação de passivos concursais, nos valores de R\$ 2.796 e R\$ 20.272, respectivamente.

Adicionalmente, foram revertidas provisões relacionadas a processos já concluídos, incluindo valores referentes ao Escritório de Advocacia Emsenhuber, bem como impostos (ISS) anteriormente provisionados e quitados em decorrência do acordo celebrado entre a Inepar e o Metrô - SP.

- j) Decorreram das contabilizações de adiantamentos que estavam pendentes, cujos clientes não reivindicaram os respectivos pagamentos. Parte desses adiantamentos foram utilizados para liquidar valores registrados em contas a receber, e o saldo remanescente foi contabilizado em receitas.

- k) Decorrem de montantes contabilizados em despesas operacionais, tendo em vista as liquidações com debêntures do 4º lançamento de valores mobiliários. Esses valores estavam contabilizados em contas de provisões e foram revertidas em contas de resultado.

Nota 31 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Processos Trabalhistas	2.893	2.901	7.539	13.110
Processos Cíveis	36.609	53.283	45.647	62.322
Processos Tributários	1.850	1.234	2.275	1.654
	41.352	57.418	55.461	77.086

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Processos trabalhistas apresentavam, em 30 de setembro de 2025, saldo de R\$ 7.539, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 13.110. Estão incluídos nesses montantes os recursos depositados em juízo referentes a processos trabalhistas que estão em andamento. A redução verificada no exercício decorre, principalmente, das baixas realizadas para liquidação de processos já encerrados, cuja contrapartida está refletida na rubrica de rescisões a pagar.

b) Processos cíveis apresentavam, em 30 de setembro de 2025, saldo de R\$ 45.647, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 62.322. Estão incluídos nesses montantes, principalmente, os recursos depositados em juízo referentes aos processos relacionados aos repasses para subfornecedores do contrato firmado com o **Metró-SP**, denominado **Subestação**, além de outros depósitos vinculados a recursos judiciais.

c) Processos tributários apresentavam, em 30 de setembro de 2025, saldo de R\$ 2.275, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 1.654. O acréscimo verificado decorre do bloqueio determinado no processo da Receita Federal nº 5018379-95.2023.4.04.7000.

Nota 32 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A companhia mantém seguro das áreas comuns das instalações, que cobre eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do condomínio."

Nota 33 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Salários	1.220	1.298	8.270	8.606
Gastos Previdenciários	440	451	1.984	1.754
Total	1.660	1.749	10.254	10.360

Nota 34 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Remuneração de Conselheiros	391	206	445	606
Remuneração de Diretores	554	546	2.696	2.176
Total	945	752	3.141	2.782

Nota 35 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Serviços industriais	
	30/09/2025	30/09/2024
Receita bruta total	4.854	3.520
Impostos/Deduções	(1.047)	(682)
Custos dos Produtos e Serviços	(5.381)	(5.080)
Total	(1.574)	(2.242)

Nos custos incorridos neste exercício estão incluídos, também, os gastos complementares dos consórcios de projetos já encerrados, no montante de R\$ 415 mil, bem como os custos dos serviços executados para terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa Inovação e Infraestrutura S/A.”

Neste exercício, realizamos o reconhecimento parcial da receita do contrato de prestação de serviços com a Nuclep, no montante de R\$ 1.743.

Nota 36 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes

- a) A Administração da Companhia encontra-se em fase de busca por parceiros comerciais com o objetivo de implementar as operações abaixo especificadas. Essas medidas visam assegurar a continuidade da Empresa, mediante a geração de fluxo de caixa positivo, de forma a atender às obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como às obrigações extraconcursais e operacionais correntes.
- b) Alienação da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;
- c) Dação em pagamento, para instituições financeiras do imóvel situado no município de Magé;
- d) A Companhia mantém um programa contínuo de redução de custos operacionais, com o objetivo de adequar as despesas à nova realidade econômica da conjuntura atual.
- e) Intensificação das atividades na área comercial, com a conquista de clientes e mercados adicionais, além do foco total nos mercados core.
- f) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos em novos projetos, bem como à retomada das atividades.
- g) Continuidade da monetização de ativos financeiros, com o objetivo de ampliar a captação de recursos.

Nota 37 - Eventos Subsequentes

Conforme deliberado na Ata da 394ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2025, o capital social da Companhia passa de R\$ 571,9 milhões, representado por 46.204.252 ações escriturais nominativas, sendo 33.577.020 ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 ações preferenciais sem direito a voto, para R\$ 576,1 milhões, representado por 48.951.535 ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 ações preferenciais sem direito a voto.

Conforme deliberado na Ata da 398ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 3 de dezembro de 2025, foi eleito o Sr. Antonio Augusto Pires Junior para o cargo de Diretor-Presidente, bem como reconduzidos os Srs. Irajá Galliano, para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, e Manacesar Lopes dos Santos, para o cargo de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretor de Relações com Investidores, todos com mandato transitório até 30 de abril de 2026, ou até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026, o que ocorrer primeiro.

Eleição da Diretoria – mandato provisório

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de dezembro de 2025, foi eleita a nova Diretoria da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, para exercício de mandato provisório até 30 de abril de 2026, ou até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026, o que ocorrer primeiro.

Foram eleitos os seguintes administradores: (i) Antonio Augusto Pires Junior, como Diretor Presidente; (ii) Irajá Galliano Andrade, como Diretor Administrativo-Financeiro; e (iii) Manacesar Lopes dos Santos, como Diretor de Relações com Investidores, permanecendo vago o cargo de Diretor Comercial.

A eleição e a recondução dos membros da Diretoria têm por objetivo viabilizar a futura definição da composição definitiva da administração, com mandato alinhado ao do Conselho de Administração, em conformidade com as diretrizes de governança da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago em 30.09.2025 – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Rodolfo Andriani

André de Oms

Augusto Araújo de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

Antônio Augusto Pires Junior

Christian De Lima Ramos

José Ivan Freo

Luciano Boudjoukian França

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 30 de setembro de 2025, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 30 de setembro de 2025 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 382.184 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 776.962 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas e reapresentação

Conforme mencionado na nota explicativa "21", a Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 – Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa "1.2", a administração da companhia revisitou os saldos relativos às operações com Partes Relacionadas nesse trimestre e, como consequência, foram identificadas baixas e provisões para perdas realizadas indevidamente no exercício de 2017, no montante de R\$ 75.081 mil, ocasionando, dessa forma, a reapresentação das Demonstrações Financeiras comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos dispostos da NBCTG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros (IAS 8). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reconhecimento de recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa "6", foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, no segundo trimestre de 2025, a companhia realizou o teste de recuperabilidade e optou pela reversão desses recebíveis, ocasionando, dessa forma, um efeito negativo de R\$ 133.999 mil, nas contas do ativo e no resultado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto

Identificador Interno

id_8bBiGY

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

Os vencimentos dos débitos previdenciários ocorrem a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029. Conforme mencionado na nota explicativa “16”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 006.472/O-1

GEORGE ANGNES

Contador CRC-PR nº 042.667/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 13 de Fevereiro de 2026.

Iraja Galliano Andrade Manacesar Lopes dos Santos

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente D E C L A R A Ç Ã O

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes “a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.” conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 13 de Fevereiro de 2026.

Iraja Galliano Andrade	Manacesar Lopes dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Relações com Investidores